

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GIOVANA PERTUZZATTI ROSSATTO

**GOVERNANÇA DA INTERNET:
O MULTISSECTORIALISMO NA EXPERIÊNCIA AFRICANA**

**Porto Alegre
2023**

CIP - Catalogação na Publicação

Pertuzzatti Rossatto, Giovana
GOVERNANÇA DA INTERNET: O MULTISSETORIALISMO NA
EXPERIÊNCIA AFRICANA / Giovana Pertuzzatti Rossatto.
-- 2023.
90 f.
Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Multissetorialismo. 2. Governança da Internet.
3. África. 4. Organizações Intergovernamentais. 5.
Transformação Digital. I. Aurélio Chaves Cepik, Marco,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GIOVANA PERTUZZATTI ROSSATTO

**GOVERNANÇA DA INTERNET:
O MULTISSETORIALISMO NA EXPERIÊNCIA AFRICANA**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik.

**Porto Alegre
2023**

RESUMO

Esse trabalho busca entender como os debates sobre a governança da internet no continente africano articulam a reflexão sobre os desafios dos modelos de governança baseados no conceito de multissetorialismo com os desafios sociais e econômicos da transformação digital. Para atingir esse objetivo, avaliamos como o multissetorialismo funciona na prática da governança da internet no contexto africano. A resposta hipotética a este questionamento é a seguinte: na África, a governança multissetorial da internet é fortemente condicionada pelo protagonismo de organismos intergovernamentais. Ainda assim, este é um trabalho exploratório, ou seja, não é possível testar propriamente a hipótese proposta. Além do engajamento prático, a análise de documentos primários e a revisão de bibliografia especializada foram procedimentos relevantes para a realização deste trabalho. Concluímos que há uma grande influência da União Africana e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África nas iniciativas de governança da internet do continente africano.

Palavras-chave: multissetorialismo, Governança da Internet, África, organizações intergovernamentais, transformação digital.

ABSTRACT

This work seeks to understand how the debates on internet governance in the African continent articulate the reflection on the challenges of governance models based on the concept of multisectoralism with the social and economic challenges of digital transformation. To achieve this goal, we assess how multistakeholderism works in internet governance practice in the African context. The hypothetical answer to this question is the following: in Africa, the multisectoral governance of the internet is strongly conditioned by the protagonism of intergovernmental organizations. Even so, this is an exploratory work, that is, it is not possible to properly test the proposed hypothesis. In addition to the practical engagement, the analysis of primary documents and the review of specialized bibliography were relevant procedures for carrying out this work. We conclude that there is a great influence of the African Union and the United Nations Economic Commission for Africa in the internet governance initiatives of the African continent.

Key-words: multistakeholderism, Internet Governance, Africa, intergovernmental organizations, digital transformation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - ONGs credenciadas na ONU ao longo dos anos	16
Figura 1 - Principais componentes de um modelo multissetorial	31
Gráfico 2 - Composição setorial do corpo docente da AfriSIG 2022	40
Gráfico 3 - Composição setorial do corpo docente da AfriSIG 2021	41
Gráfico 4 - Composição setorial do corpo docente da AfriSIG 2020	44
Gráfico 5 - Organizações intergovernamentais no corpo docente da AfriSIG 2022	44
Gráfico 6 - Organizações intergovernamentais no corpo docente da AfriSIG 2021	45
Gráfico 7 - Organizações intergovernamentais no corpo docente da AfriSIG 2020	45
Figura 2 - Ordem de realização dos NRIs africanos definida pelo PRIDA	48
Gráfico 8 - Composição setorial dos speakers do AfIGF 2022	56
Gráfico 9 - Composição setorial dos speakers do AfIGF 2021	57
Gráfico 10 - Composição setorial dos speakers do AfIGF 2020	57
Gráfico 11 - Organizações intergovernamentais entre os speakers do AfIGF 2022	63
Gráfico 12 - Organizações intergovernamentais entre os speakers do AfIGF 2021	63
Gráfico 13 - Organizações intergovernamentais entre os speakers do AfIGF 2021	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFIGF	African Internet Governance Forum
AFRINIC	African Network Information Centre
AfriSIG	African School on Internet Governance
APC	Association for Progressive Communications
AUCSEG	Grupo de Especialistas em Segurança Cibernética da União Africana
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CIPESA	Collaboration on International ICT Policy for East and Southern Africa
CSIR	Agência de Segurança Cibernética da África do Sul
CUA	Comissão da União Africana
e-UVA	e-Universidade Virtual Africana
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
ECO-02	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente
EGI	Escola de Governança da Internet do Brasil
ENISA	Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação
EuroDIG	Fórum Europeu de Governança da Internet
EuroSSIG	Escola de Verão Europeia sobre Governança da Internet
FIB	Fórum da Internet no Brasil
FMI	Fundo Monetário Internacional
GI	Governança da Internet
GPD	Global Partners Digital
GTGI	Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet
ICANN	Internet Corporation for Assigned Names and Numbers
IETF	Internet Engineering Task Force
IFSEC	International Fire and Security Exhibition and Conference
IGF	Internet Governance Forum
IGFSA	Associação de Apoio ao Fórum de Governança da Internet da África
IGO	Intergovernmental Organization

IJPN	Internet & Jurisdiction Policy Network
IoT	Internet of Things
ISOC	Internet Society
KICTANet	Kenya ICT Action Network
MAG	Multistakeholder Advisory Group
MMS	Modelos Multissetoriais
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
NRI	National and Regional Initiatives
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEWG	Open-Ended Working Group
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAeN	Pan African e-Network
PEMAS	Processo Europeu para Meio Ambiente e Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRIDA	Policy and Regulation Initiative for Digital Africa
RIA	Research ICT Africa
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	União Africana
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNECA	Comissão Econômica das Nações Unidas para a África
UNECE	Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIDIR	Instituto das Nações Unidas para a Investigação e Desarmamento
WCHR	World Conference on Human Rights

WSIS

World Summit on the Information Society

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O MULTISSETORIALISMO NA GOVERNANÇA DA INTERNET	16
2.1	O QUE É MULTISSETORIALISMO	16
2.2	O MODELO MULTISSETORIAL DO IGF	26
3	A EXPERIÊNCIA DA ÁFRICA: UNIÃO AFRICANA E UNECA	36
3.1	ESCOLA AFRICANA DE GOVERNANÇA DA INTERNET	36
3.2	FÓRUM DE GOVERNANÇA DA INTERNET DA ÁFRICA	54
4	CONCLUSÃO	77
5	REFERÊNCIAS	81

1. INTRODUÇÃO

O continente africano apresenta os maiores desafios de transformação digital do planeta. Dentre outros desafios, estão a infraestrutura limitada, a exclusão digital, a escassez de pessoas com formação técnica e desafios regulatórios. No caso da internet, a África como um todo apresentava uma taxa de penetração de 43% em 2021, com grandes desigualdades entre regionais e sociais (STATISTA, 2022, pág 24). Nas últimas décadas, acentuou-se o debate internacional sobre modelos de governança da internet visando à universalização do acesso. Segundo Laura DeNardis (2013, pág 9), o escopo da governança da internet abrange não apenas as questões mais técnicas de infraestrutura e padrões, mas também os modelos sociais e institucionais que tornam a rede um bem público global. Neste sentido, o objetivo do trabalho é entender como os debates sobre a governança da internet no continente africano articulam a reflexão sobre os desafios do modelo de governança baseado no conceito de multissetorialismo com os desafios sociais e econômicos da transformação digital. Para atingir esse objetivo, a pergunta que orientou esta pesquisa é a seguinte: como o multissetorialismo funciona na prática da governança da internet no contexto africano? A resposta hipotética para esta pergunta é a seguinte: na África, a governança multissetorial da internet é fortemente condicionada pelo protagonismo de organismos intergovernamentais.

Nosso interesse nesse tema de pesquisa originou-se ainda no início da graduação, quando participamos do programa Youth, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Tal programa busca capacitar e promover o engajamento de jovens em espaços de discussão sobre governança da internet e financia a participação em vários fóruns. Desde 2019, participamos como bolsista de vários fóruns de governança da internet, como o Fórum da Internet no Brasil (2019, Manaus - AM, e 2022, Natal - RN), o Fórum de Governança da Internet da América Latina (2019, La Paz, Bolívia) e o Fórum de Governança da Internet da ONU (2022, Addis Ababa, Etiópia). O objetivo deste trabalho originou-se a partir do nosso questionamento em relação à composição setorial dos fóruns em que participamos. Observamos, na maior parte dos casos, uma grande disparidade entre os diferentes setores, influenciando diretamente na agenda

de tais eventos. Ainda assim, este é um trabalho exploratório, ou seja, não é possível testar propriamente a hipótese proposta. Além do engajamento prático, a análise de documentos primários e a revisão de bibliografia especializada foram procedimentos relevantes para a realização deste trabalho. Os principais documentos utilizados foram: listas de participação e agendas das iniciativas analisadas. No restante desta introdução e nos capítulos a seguir, organizamos a análise dos conceitos e das evidências obtidas de modo a produzir uma interpretação sobre o funcionamento do multissetorialismo na governança da internet na África.

A África enfrenta sérios problemas de infraestrutura para internet (como áreas sem cobertura, falta de energia elétrica e conectividade de baixa qualidade), o que é um fator extremamente limitante para promover uma internet segura e com preços acessíveis à população. Segundo Amani Abou-Zeid, Comissária para Infraestrutura e Energia da Comissão da União Africana, em entrevista ao Banco Mundial (2021), “Quase 300 milhões de africanos vivem a mais de 50 quilômetros de uma conexão de banda larga por fibra ou cabo, portanto, a falta de disponibilidade generalizada de internet de alta velocidade continua sendo um obstáculo significativo para a África aproveitar totalmente o potencial da transformação digital”. Esse é um dos principais riscos enfrentados por empresas que poderiam desenvolver iniciativas de transformação digital na África. Conforme dados da GSMA (2022, pág 14), globalmente, existem 400 milhões de pessoas vivendo em regiões sem cobertura de banda larga móvel (o que corresponde a 5% da população mundial), sendo que a metade desse número está na África Subsaariana. Além disso, essa é uma das poucas regiões do mundo em que a porcentagem da população abrangida pela banda larga móvel é maior que a porcentagem que a utiliza de fato, diferença a qual tem aumentado ao longo dos anos. Além da dificuldade de acesso à rede, os preços dos dispositivos para acessá-la também são limitantes. A compra de um dispositivo móvel custa, em média, 25% da renda mensal per capita de um africano (BANCO MUNDIAL, 2022).

Outro fator limitante para investimentos em tecnologia no continente africano é a exclusão digital, uma realidade presente na maior parte dos países. Muitos fatores contribuem para isso, como a falta de infraestrutura e dispositivos digitais citada acima,

a falta de investimento em educação e desenvolvimento de conhecimentos específicos das TICs e as grandes disparidades econômicas e sociais do continente. Dados da GSMA (2022, pág 12) mostram que a população rural tem 54% menos probabilidade de acessar a Internet móvel do que a população urbana. Já as mulheres, independente da localização, têm 37% menos probabilidade do que os homens de usar a Internet móvel. Além disso, em 2022, pela primeira vez na história dispositivos móveis conectados a 3G, 4G e 5G responderam por mais da metade de todas as conexões na região. No entanto, a maioria desses usuários consomem menos de 100 MB/mês, o que limita muito as possibilidades de uso da Internet e de desenvolvimento de habilidades digitais.

A escassez de mão de obra qualificada reforça ainda mais os desafios mencionados acima. Empresas e governos enfrentam dificuldades para contratar pessoas com o conhecimento e experiência necessários para liderar projetos de transformação digital. Dados da UNESCO (2020, pág 4) mostram que apenas 6% das crianças na África Subsaariana se matricularão em alguma modalidade de educação superior, em comparação com 80% das crianças da OCDE. As universidades africanas enfrentam duas crises atualmente. Por um lado, há uma crise quantitativa, dada a escassez de universidades frente à crescente população do continente. Os dez países mais populosos da África têm uma proporção de 740 universidades para 660 milhões de estudantes africanos, ou seja, uma universidade para cada 890 mil estudantes. Em paralelo, existe uma crise de qualidade. Um diploma de uma universidade africana não se traduz necessariamente em empregabilidade para os graduados, de forma que, mesmo havendo uma escassez de trabalhadores qualificados em muitas áreas, os graduados continuam subempregados.

Segundo relatório da OCDE (2022, pág 20), um outro fator limitante para a governança da internet na África é a própria capacidade de priorização e institucionalização de modelos de governança nos diferentes contextos nacionais. Embora alguns países como Gana, Quênia, Nigéria e África do Sul tenham agendas sólidas de transformação digital, muitos países africanos enfrentam conflitos e instabilidade política, o que os impede de tratar tais assuntos como prioridade estratégica. A África do Sul, por exemplo, que é um dos países mais avançados em

termos de transformação digital no continente, adotou uma estratégia baseada em três pilares: transformação digital do governo; segurança e privacidade do acesso; e inclusão digital (em relação à economia e a conteúdos digitais). Essa estratégia faz parte do Plano de Desenvolvimento Nacional da África do Sul, incluindo as TIC como um instrumento essencial no curto e longo prazo (MANDA; BACKHOUSE, 2018, pág 464). Por outro lado, muitos países não têm recursos financeiros e técnicos suficientes para realizar iniciativas semelhantes. Construir uma infraestrutura digital robusta, implementar serviços digitais e desenvolver uma legislação sólida de proteção de dados é custoso e requer recursos capacitados. A realidade torna-se ainda mais complexa dadas as disparidades de acesso, pois nem todos os cidadãos têm as ferramentas ou conhecimentos necessários para participar plenamente de uma economia digital.

Finalmente, a falta de regulações sólidas de proteção e privacidade de dados pessoais na maior parte dos países africanos também representa um risco ao investimento privado. Embora vários países já tenham leis nesse sentido, como Quênia, África do Sul, Nigéria, Tunísia e Zimbábue, muitas delas são relativamente recentes e ainda não foram totalmente implementadas. Além disso, conforme relatório do CIPESA (2021, pág 48 e 49), as legislações africanas de proteção de dados têm falhas frequentes, como mecanismos de supervisão insuficientes e poucas exigências de responsabilidade e transparência. Vários países não têm recursos e capacidade suficientes para implementar e fazer cumprir tais regulações, ou, em caso de conflitos e instabilidade política, não conseguem dar a prioridade devida a esse assunto. Somado a isso, boa parte da população africana não tem consciência da importância da privacidade e proteção de dados e dos riscos associados ao compartilhamento de informações pessoais online, vigilância e uso ilegal de dados biométricos. Ainda, existe uma falta de coordenação entre os regulamentos de proteção de dados no continente como um todo, com diferentes países tendo diferentes leis e regulamentos que não se conversam, o que configura mais um desafio para as empresas que operam em diferentes países (CIPESA, 2021).

Para entender a relação entre os desafios da transformação digital na África e os debates sobre Governança da Internet naquele continente, é preciso começar pelo

esclarecimento do conceito fundamental de multissetorialismo. O multissetorialismo é um dos princípios fundamentais da Governança da Internet porque ele articula de maneira institucional e normativa a participação de múltiplos setores da sociedade na condução da internet em todos os níveis (global, regional e local). Os “setores” (na verdade atores ou conjuntos de atores) abarcados pelo conceito são governos, empresas, organizações da sociedade civil, acadêmicos e técnicos. Os modelos multissetoriais de Governança da Internet são essenciais para garantir que a Internet seja um recurso acessível, seguro e inclusivo para todos, permitindo que todos os setores da sociedade trabalhem juntos para enfrentar os desafios da governança da Internet e desenvolver soluções que atendam às necessidades e interesses de todos os envolvidos. (PATRICIO, 2017, pág 1).

Atualmente, o multissetorialismo expressa-se de diferentes formas na Governança da Internet. Por exemplo, através de modelos de governança participativa, permitindo a participação igualitária de múltiplos setores da sociedade; cooperação entre setores para o desenvolvimento de políticas públicas sobre temas complexos, como privacidade, segurança cibernética, liberdade de expressão e acesso equitativo à Internet; desenvolvimento de padrões técnicos, por meio de organizações multissetoriais, como a Internet Engineering Task Force (IETF); e fóruns de Governança da Internet, que serão o modelo multissetorial considerado para os propósitos deste trabalho. Estes fóruns reúnem diversos setores da sociedade em nível global (Fórum de Governança da Internet da ONU, IGF), regional (como o Fórum de Governança da Internet da África, AfIGF) e local (como o Fórum da Internet no Brasil, FIB) para discutir temas como acesso à internet, segurança cibernética, Direitos Humanos, liberdade de expressão online, desenvolvimento tecnológico sustentável e economia digital (BELLI; CANABARRO; HERZOG; HILL; AFONSO; TRUMPY, 2020).

Embora não exploremos isso ao longo do texto, é importante mencionar que a estrutura de governança da internet brasileira é considerada naturalmente como referência, dada a experiência da autora. O modelo multissetorial brasileiro é marcado pela atuação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, pelo Marco Civil da Internet e por uma forte atuação da sociedade civil. De acordo com Canabarro e Wagner (2014, pág 11-14), o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado em 1995 e é

responsável por coordenar e integrar as iniciativas relacionadas ao desenvolvimento da internet no país, garantindo sua liberdade, pluralidade e acessibilidade. Entre as principais funções do Comitê estão a definição de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da internet no país; estabelecimento de normas e padrões técnicos; coordenação da atribuição de endereços IP e do registro de nomes de domínio sob o ".br"; e proposição de políticas e ações para garantir a segurança e a privacidade dos usuários da internet. O Marco Civil da Internet é uma lei brasileira sancionada em 2014 com o objetivo de estabelecer uma série de diretrizes para a atuação do Estado, das empresas e dos usuários na internet. Entre as principais medidas previstas pelo Marco Civil da Internet estão a garantia da liberdade de expressão, a proteção à privacidade e aos dados pessoais dos usuários; a neutralidade de rede; e a responsabilização de provedores de conteúdo. Por fim, a governança da internet no Brasil é marcada por uma forte atuação da sociedade civil, seja através da participação ativa em fóruns, eventos e processos de criação de políticas e regulação, seja por meio da fiscalização do cumprimento das normas brasileiras sobre o uso da rede.

Além desta introdução, o restante do trabalho está dividido em dois capítulos principais e uma conclusão. O segundo capítulo aborda o conceito e a história do multissetorialismo para além da Governança da Internet, como ferramenta para busca de soluções no campo dos Direitos Humanos, desenvolvimento social, meio ambiente, entre outros. Além disso, apresentamos o modelo de multissetorialismo do Fórum de Governança da Internet da ONU, do qual derivam os processos multissetoriais analisados no capítulo seguinte. No terceiro capítulo, analisamos dois casos de multissetorialismo na governança da internet no continente africano: a Escola de Governança da Internet Africana e o Fórum de Governança da Internet da África. Buscamos entender como o multissetorialismo se expressa nesse continente e articula a reflexão sobre os desafios sociais e econômicos da transformação digital, tendo como foco de análise o papel das organizações intergovernamentais. A conclusão do trabalho sintetiza os achados sobre as características do multissetorialismo na governança da internet na África e indica os caminhos de uma agenda de pesquisa futura.

2. O MULTISSETORIALISMO NA GOVERNANÇA DA INTERNET

Neste capítulo, apresentamos ao leitor os conceitos fundamentais da discussão sobre multissetorialismo. Analisamos a composição dos processos multissetoriais, seus objetivos e manifestações ao longo do tempo, utilizando exemplos que vão desde o início do século XX até a atualidade. Além disso, discorreremos sobre um processo multissetorial específico: o Fórum de Governança da Internet da ONU. A estrutura e procedimentos de tal fórum são utilizados como base para diversos processos multissetoriais sobre governança da internet no mundo todo, inclusive as iniciativas a serem analisadas no capítulo seguinte.

2.1 O QUE É MULTISSETORIALISMO

Neste subcapítulo, apresentamos o conceito de processos multissetoriais, conforme definido por HEMMATI, 2002. Além disso, partindo da criação da Organização Internacional do Trabalho, em 1915, discutimos os principais casos de processos multissetoriais sob o escopo das Nações Unidas até a atualidade, incluindo iniciativas sobre desenvolvimento sustentável, Direitos Humanos, justiça social, direitos trabalhistas, mudanças climáticas, saúde global e segurança alimentar. Buscamos assim criar uma contextualização histórica dos processos multissetoriais, preparando o leitor para a análise de processos multissetoriais específicos da Governança da Internet, tema do subcapítulo seguinte.

Conforme definido por HEMMATI (2002, pág 26), o termo processos multissetoriais (do inglês multi-stakeholder processes, MSPs) descreve processos que visam reunir os principais interessados em uma nova forma de comunicação, busca de soluções e possível tomada de decisão sobre um tema específico. Eles se baseiam na ideia de que as soluções para problemas complexos e desafios sociais requerem a colaboração de diversos setores, incluindo governos, empresas, organizações da sociedade civil, comunidades locais e outros atores relevantes, buscando a participação ativa e igualitária de todas as partes interessadas. Esses processos, portanto, colocam as pessoas no centro do debate, permitindo que cada setor traga sua própria perspectiva, recursos, habilidades e experiências para a mesa, e trabalhe

em conjunto para identificar soluções compartilhadas e implementá-las de maneira efetiva.

Os processos multissetoriais são abordagens mais holísticas e abrangentes para criar soluções mais sustentáveis e equitativas para problemas historicamente conduzidos por governos. Eles podem abranger uma grande variedade de estruturas e níveis de engajamento, desde diálogos sobre políticas até a construção de consenso, tomadas de decisão e implementação de soluções práticas, traduzindo-se em processos únicos adequados às especificidades de cada caso. Os processos multissetoriais são frequentemente utilizados para discutir temas de desenvolvimento sustentável, Direitos Humanos, justiça social, governança da internet, direitos trabalhistas, mudanças climáticas, saúde global e segurança alimentar e outras áreas onde a colaboração entre múltiplos setores é essencial para o sucesso da iniciativa (HENMATI, 1963).

Os processos multissetoriais surgiram na década de 1990 como uma resposta às limitações do modelo tradicional de desenvolvimento, que era baseado em abordagens centralizadas e verticalizadas, com pouca participação de comunidades locais e outros atores relevantes. O primeiro organismo internacional criado com base no multissetorialismo foi a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. A criação da OIT foi motivada pela necessidade de estabelecer normas internacionais para proteger os direitos dos trabalhadores, promover o trabalho decente e prevenir conflitos trabalhistas que poderiam levar a novas guerras (MARTENS, 2017, pág 50-53). Era um contexto em que o comunismo mundial era considerado uma ameaça iminente, de forma que a criação de uma organização baseada no diálogo social em prol da garantia de princípios e direitos fundamentais no trabalho para homens e mulheres era essencial para a construção da paz mundial. Conforme declaração da própria ILO (2023, pág xx), esta é a única agência tripartite da ONU com representantes governamentais, empregadores e trabalhadores, permitindo que todas as partes interessadas participem da formulação de políticas e normas trabalhistas internacionais.

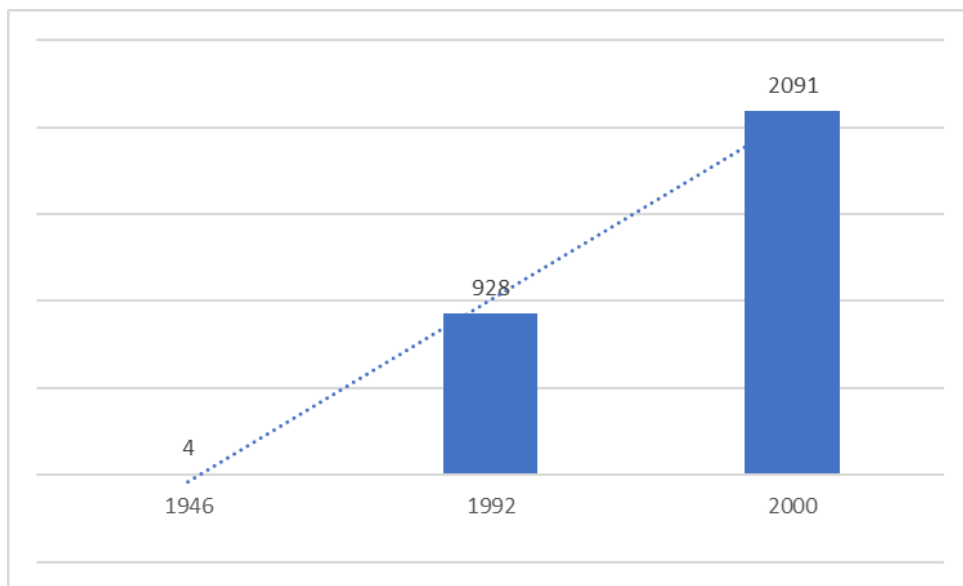
Desde sua criação, a OIT tem desempenhado um papel fundamental na promoção de condições de trabalho justas e dignas em todo o mundo. A organização estabeleceu uma série de convenções e recomendações que estabelecem normas mínimas para o trabalho, incluindo o direito à liberdade sindical, a eliminação do trabalho infantil, a proibição do trabalho forçado e a igualdade de oportunidades e tratamento para homens e mulheres. A OIT é financiada por contribuições de seus Estados membros e realiza seu trabalho por meio de uma série de programas e projetos em todo o mundo, em parceria com governos, organizações de empregadores e organizações de trabalhadores. A organização tem um papel importante na promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades para trabalhadores em todo o mundo (KOTT, 2019, pág 23 e 26).

O multissetorialismo foi amplamente adotado na década de 1990, especialmente em processos sob o escopo das Nações Unidas, e ganhou ainda mais destaque no início dos anos 2000 com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pela ONU. A partir da ECO-92, vimos o surgimento de ONGs internacionais, nacionais e locais, organizações comunitárias, conferências sobre Direitos Humanos, População, Desenvolvimento Social, Mulheres e Assentamentos Humanos e a Cúpula Mundial da Alimentação da ONU, de 1996. Além disso, as discussões multissetoriais na Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável foram essenciais para introduzir nas Nações Unidas o conceito multissetorial como um modelo de engajamento para questões de desenvolvimento sustentável (DODDS, 2004).

DODDS (2004, pág 67-69) traz alguns dados que nos permitem ter uma noção quantitativa do aumento do número de ONGs credenciadas na ONU e ativas em processos de conferência a partir da década de 1990. Em 1946, havia apenas quatro ONGs credenciadas. Em 1992, esse número havia crescido para 928 e, no final de 2000, havia aumentado para 2.091. Juntas, essas novas organizações multissetoriais estabeleceram os padrões pelos quais a ONU, os governos e agora as demais partes interessadas atuam sobre diversos temas. Além disso, a adoção de processos multissetoriais atraiu uma nova geração de organizações e indivíduos para a ONU, que

a viram como um veículo para dar visibilidade às suas preocupações e um espaço de pressão sobre os governos.

Gráfico 1 - ONGs credenciadas na ONU ao longo dos anos



Fonte: elaborado pela autora com dados de DODDs (2004).

A Eco-92 foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992, e foi uma das primeiras conferências internacionais multissetoriais. O evento reuniu líderes mundiais, representantes de governos, organizações não governamentais, empresas e cidadãos de todo o mundo para discutir questões ambientais globais e promover o desenvolvimento sustentável. A Eco-92 foi um marco na história do movimento ambientalista internacional e teve um impacto significativo na política ambiental global. Coincidentemente, foi o primeiro evento a utilizar a Internet, permitindo as primeiras possibilidades de participação online. A participação remota permitiu incluir na conferência diversas organizações da sociedade civil que não tinham condições de financiar as despesas de estar presentes no Rio de Janeiro (CONSELHO DA TERRA; IICA, 1994, pág 44 e 52).

A conferência resultou na assinatura da Agenda 21, um plano abrangente para o desenvolvimento sustentável que inclui objetivos e metas para reduzir a pobreza,

proteger a biodiversidade, melhorar a qualidade do ar e da água e promover a cooperação internacional. Além disso, a Agenda 21 é o primeiro documento em que a ONU reconhece os papéis de diferentes setores em um acordo global. Todos os capítulos do documento mencionam os papéis que cada setor ou grupo de partes interessadas deve assumir para alcançar os objetivos definidos. Assim, a ONU reconheceu pela primeira vez que o único caminho para o desenvolvimento sustentável seria por meio de uma atuação multissetorial. (HEMMATI, 2002, pág 45)

A Eco-92 também resultou na criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que estabelece as diretrizes para a cooperação internacional sobre mudança climática, incluindo a redução das emissões de gases de efeito estufa. A conferência foi realizada em um momento em que o mundo estava cada vez mais preocupado com questões ambientais globais, incluindo a perda de biodiversidade, a degradação ambiental e as mudanças climáticas, sendo essencial para o aumento da conscientização pública sobre essas questões e para promover a cooperação global multissetorial para enfrentá-las (OLIVEIRA, 2012, pág 481-482).

Esse foi o início de uma série de conferências que passaram a ser realizadas no formato de processos multissetoriais. Entre elas, destaca-se a segunda Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (do inglês World Conference on Human Rights, WCHR), realizada em Viena em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas. Conforme Cançado Trindade (1993, pág 14 e 15), a conferência reuniu representantes de governos, organizações não governamentais e outros grupos interessados em discutir questões relacionadas aos direitos humanos e foi realizada em um momento em que os direitos humanos eram uma preocupação crescente em todo o mundo. A queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria trouxeram novas esperanças de que os direitos humanos poderiam ser protegidos e promovidos em todo o mundo.

A conferência contou com um total de 46 declarações plenárias realizadas por ONGs, embora mais da metade delas tenha sido feita por ONGs da Europa, América do Norte e Oceania. Como resultado, a WCHR gerou a Declaração e o Programa de Ação de Viena sobre os Direitos Humanos, aprovados por consenso pelos representantes dos 171 Estados presentes e em seguida endossados pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A Declaração reafirmou o compromisso global com a

proteção e promoção dos direitos humanos e estabeleceu os direitos humanos como uma questão central nas relações internacionais, reiterando a importância dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. A WCHR também estabeleceu o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que tem a responsabilidade de promover e proteger os direitos humanos em todo o mundo. Em resumo, a Conferência foi um marco na luta global pelos direitos humanos e ajudou a estabelecer os direitos humanos como uma questão central na política internacional (TRINDADE, 1993).

A Cúpula Mundial da Alimentação, realizada pela ONU em Roma, em 1996, foi outro processo multissetorial importante ao longo dos anos 1990. A conferência foi motivada pela necessidade de combater a fome no mundo e melhorar a segurança alimentar, tendo como objetivo reafirmar o compromisso global de reduzir pela metade o número de pessoas desnutridas no mundo até 2015 e desenvolver estratégias para melhorar a produção, distribuição e acesso a alimentos em todo o mundo. Dada a complexidade e o caráter social da agenda, a cúpula reuniu não só líderes de governo e organizações internacionais, mas também representantes da sociedade civil, setor privado e academia.

A cúpula resultou na adoção da Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, que afirmou o direito de todas as pessoas de terem acesso a alimentos adequados e nutritivos. A declaração também estabeleceu compromissos específicos para reduzir a fome e melhorar a segurança alimentar, incluindo o aumento da produção de alimentos e a melhoria do acesso aos mercados e ao comércio de alimentos. A Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 teve um impacto significativo na luta contra a fome e a desnutrição no mundo, aumentando a conscientização pública sobre a importância da segurança alimentar e pressionando os governos e organizações internacionais a tomarem medidas para melhorar a produção e distribuição de alimentos em todo o mundo (MALUF, 2006, pág 2-5).

Hemmati (2002, pág 99 e 100) faz um levantamento de 20 processos multissetoriais identificados até a data de abril de 2001. A maior parte deles abrangem questões relacionadas a meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento sustentável e saúde. Por exemplo, a Convenção de Aarhus é um acordo internacional

sobre o acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em questões ambientais, e foi adotada pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) em 1998, na cidade dinamarquesa de Aarhus. A convenção estabelece três pilares principais para promover a democracia ambiental: o direito do público de ter acesso às informações ambientais, o direito de participar em decisões ambientais e o direito de ter acesso à justiça em questões ambientais. Além disso, a convenção estabelece que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado com o envolvimento de todas as partes interessadas. O documento entrou em vigor em 30 de outubro de 2001 e, desde então, foi adotado por mais de 50 países em todo o mundo, sendo considerado um marco na promoção da transparência e da participação pública nas decisões ambientais (UNECE, 2023).

Ainda no contexto europeu, Hemmati Hemmati (2002, pág 100) também menciona o Processo Europeu para Meio Ambiente e Saúde (PEMAS), uma iniciativa liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), com o objetivo de melhorar a saúde ambiental na Europa. O PEMAS foi lançado em 1989 e, como um processo multissetorial, envolve governos, organizações internacionais, organizações não governamentais e diversos setores da sociedade. Desde então, a iniciativa busca aumentar a conscientização sobre os efeitos da exposição a riscos ambientais na saúde humana na região da UNECE. O processo realiza avaliações regulares sobre a qualidade do ar, da água e do solo, bem como sobre a exposição de pessoas a produtos químicos e outros riscos ambientais. Além disso, o PEMAS trabalha para promover a cooperação entre países para compartilhar informações e melhores práticas e para desenvolver políticas e programas que protejam a saúde ambiental.

A partir de 2000, tivemos três casos que se destacaram como exemplos de processos multissetoriais: o Pacto Global das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Pacto Global foi uma iniciativa lançada pela ONU em 2000 com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial mundial para adotar práticas socialmente responsáveis e sustentáveis em suas operações e estratégias de negócios. O Pacto foi constituído a partir de um processo multissetorial abrangendo quatro grupos principais: setor privado,

sociedade civil, trabalhadores e as Nações Unidas. Todas as conferências e reuniões de conselho do Pacto Global seguem o mesmo princípio multistakeholder de representação igualitária dos grupos acima mencionados. Além disso, o Pacto é baseado em dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Entre eles, estão a obrigatoriedade das empresas apoiarem a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório, apoiar a eliminação da discriminação no trabalho e promover maior responsabilidade ambiental. As empresas que aderem ao Pacto Global comprometem-se a implementar esses princípios em suas operações diárias e a relatar seus progressos publicamente. O Pacto Global é uma das maiores iniciativas corporativas voluntárias do mundo, com mais de 12.000 empresas em mais de 160 países se comprometendo com seus princípios. Ele desempenha um papel importante na promoção de práticas empresariais responsáveis e na promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo. (UN GLOBAL COMPACT, 2023).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) da ONU também seguiram um processo multissetorial, envolvendo uma ampla gama de atores e setores. Eles foram criados durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em 2000, que reuniu líderes mundiais na sede da ONU, em Nova York. A declaração adotada na Cúpula do Milênio incluiu o compromisso de alcançar oito objetivos para o desenvolvimento até 2015, que ficaram conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esses objetivos foram estabelecidos como um esforço global para erradicar a pobreza extrema, promover a igualdade de gênero e a educação, reduzir a mortalidade infantil e materna, combater as doenças epidêmicas, proteger o meio ambiente e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (REZENDE, 2007, pág 290 e 291).

Embora liderado pela ONU, o processo de criação dos ODM envolveu consultas e discussões entre governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, setor privado e acadêmicos. Além disso, a implementação dos ODM envolveu a colaboração e a coordenação entre diferentes setores e atores, incluindo governos, organizações da sociedade civil, setor privado, organizações internacionais e comunidades locais. Ações coordenadas e sinérgicas foram necessárias para alcançar os ODM em escala global. Os ODM foram sucedidos pelos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS), que também foram desenvolvidos por meio de um processo multissetorial (SACHS, 2012).

Os ODS foram criados em um processo liderado pelas Nações Unidas que durou três anos e envolveu uma ampla gama de atores, incluindo governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades locais. O processo de criação dos ODS começou em 2012, quando a ONU lançou uma consulta global para identificar os principais desafios enfrentados pelo mundo e as prioridades para um novo conjunto de objetivos de desenvolvimento. A consulta envolveu mais de 1 milhão de pessoas em todo o mundo, incluindo líderes governamentais, organizações da sociedade civil e indivíduos (EWEJE; SAJJAD; NATH; KOBAYASHI, 2020, pág 196 e 199).

Com base nas contribuições da consulta global e em outras consultas regionais, o Secretário-Geral da ONU apresentou um relatório em 2013 que propunha um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável. Esse relatório foi discutido em uma série de consultas e negociações intergovernamentais lideradas pela ONU ao longo de 2014 e 2015. Em setembro de 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram adotados pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. Os ODS são compostos por 17 objetivos e 169 metas que abrangem as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. O objetivo dos ODS é orientar as políticas e práticas globais e nacionais para promover um desenvolvimento sustentável e equitativo para todos (ONU, 2023).

A adoção de processos multissetoriais em áreas além das supracitadas tem sido lenta, pois muitos governos e órgãos intergovernamentais não se sentem confortáveis com a influência cada vez maior de alguns setores, considerados como representantes não eleitos aos quais falta legitimidade. (ALMEIDA; AFONSO; GETSCHKO, 2015, pág 3). Além disso, as características e complexidade de alguns temas podem fazer com que a participação de todas as partes interessadas torne o processo mais difícil e moroso, sendo mais difícil chegar a soluções. Apesar disso, o multissetorialismo é cada vez mais reconhecido como uma abordagem importante para enfrentar os desafios complexos da sociedade contemporânea, especialmente em um mundo cada vez mais

interconectado e interdependente. Ele pode ajudar a promover soluções mais inclusivas, sustentáveis e eficazes para questões complexas e garantir que todas as perspectivas sejam consideradas, além de ser essencial para garantir que essas soluções sejam adotadas eficazmente. Nesta subseção, vimos exemplos de processos multissetoriais aplicados aos temas de desenvolvimento sustentável, Direitos Humanos, justiça social, direitos trabalhistas, mudanças climáticas, saúde global e segurança alimentar. A seguir, discutiremos como o multissetorialismo se aplica à Governança da Internet, especificamente através do modelo multissetorial utilizado pelo Fórum de Governança da Internet da ONU.

2.2 O MODELO MULTISSETORIAL DO IGF

Nesse subcapítulo abordaremos os conceitos de multissetorialismo e Governança da Internet estabelecidos a partir do Fórum de Governança da Internet da ONU, anunciado formalmente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 2006 e realizado anualmente desde então. O multissetorialismo do IGF serviu como base para vários fóruns e iniciativas relacionadas à Governança da Internet que o seguiram em todos os continentes, inclusive na África, como é o foco deste trabalho. Portanto, é preciso entender o processo multissetorial e o conceito de Governança da Internet definidos pelo IGF antes de analisar espaços de discussão sobre Governança da Internet na África.

Além dos temas citados no subcapítulo anterior, processos multissetoriais também são comumente utilizados no escopo da Governança Internet. O multissetorialismo na governança da internet é uma abordagem que envolve múltiplos atores, incluindo governos, setor privado, organizações da sociedade civil, academia e comunidades técnicas, na tomada de decisões relacionadas à internet e sua governança. O Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (GTGI) da ONU introduziu a primeira definição funcional para o termo Governança da Internet: trata-se do "desenvolvimento e aplicação, por governos, iniciativa privada e sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão e programas compartilhados que promovam a evolução e o uso da Internet." (GTGI, 2005)

O multissetorialismo na governança da internet é baseado na ideia de que nenhuma entidade ou grupo de interesses pode controlar a internet sozinho, e que a colaboração e a participação de todas as partes interessadas são essenciais para garantir que a internet continue a ser um espaço aberto, global e acessível. Essa abordagem permite que as decisões sobre a internet sejam tomadas de forma mais transparente e inclusiva, promovendo a confiança e a cooperação entre as partes interessadas. Isso inclui a elaboração de normas técnicas, a proteção dos direitos humanos na internet, a gestão de recursos críticos da internet, como nomes de domínio

e endereços IP, e a promoção de políticas públicas que incentivem o acesso equitativo à internet (PATRÍCIO, 2017, pág 1 e 2).

O Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet foi estabelecido pelo Secretário Geral da ONU em 2003, por ocasião da primeira fase da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em resposta à necessidade de uma discussão mais ampla e inclusiva sobre a governança da internet. O grupo incluiu 40 participantes de governos, setor privado e sociedade civil, tendo como objetivo "investigar e fazer propostas de ação, conforme apropriado, sobre a Governança da Internet". Entre os principais assuntos abordados, estavam a gestão dos recursos críticos da internet, como nomes de domínio e endereços IP, segurança cibernética, propriedade intelectual na internet, direitos humanos na internet, inclusão digital e acesso equitativo à internet, a necessidade de fortalecer a cooperação internacional na governança da internet e a importância de envolver todas as partes interessadas na governança da internet. As discussões do GTGI foram baseadas na premissa de que a governança da internet deve ser inclusiva, transparente, responsável e baseada em princípios e normas reconhecidos internacionalmente. O resultado do trabalho do Grupo seria apresentado em formato de um relatório na segunda fase da Cúpula, a ser realizada na Tunísia em 2005 (SILVA, 2008, pág 30).

O GTGI surgiu em um contexto em que a governança da internet era amplamente dominada por organizações técnicas e governamentais dos países desenvolvidos, e muitos países em desenvolvimento e organizações da sociedade civil sentiam que suas vozes não eram ouvidas no processo de tomada de decisão. Havia uma crescente preocupação política com o papel exclusivo da ICANN como administradora global dos números (protocolo IP) e nomes de domínio da Internet. As nações representadas na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação expressavam uma grande insegurança com o que percebiam como o controle unilateral da Internet pelos Estados Unidos, reivindicando maior transparência sobre o desenvolvimento da Internet. (KLEINWACHTER, 2004) A União Internacional de Telecomunicações (UIT) também enfatizava cada vez mais sua legitimidade intergovernamental como justificativa para tentar assumir uma maior responsabilidade na administração de números e nomes e na governança de padrões da Internet. (DENARDIS; RAYMOND,

2013, pág 5). Assim, o WGIG foi criado para estudar e fazer recomendações sobre a governança da internet de forma mais ampla e inclusiva, envolvendo todas as partes interessadas, incluindo governos, setor privado, sociedade civil e comunidade técnica.

Nesse contexto, o GTGI transmitiu algumas posições normativas importantes. O relatório apresentado na segunda fase da Cúpula concluiu que “nenhum governo deveria ter um papel proeminente em relação à governança internacional da Internet”. Além disso, sugeria uma maior inclusão de outros setores no diálogo sobre governança da internet (como sociedade civil e academia), a coordenação do desenvolvimento de políticas e iniciativas a nível global e uma maior transparência e equidade para todas as dimensões da governança da internet (SILVA, 2008). O trabalho do GTGI foi fundamental para o desenvolvimento de um diálogo mais aberto e inclusivo sobre a governança da internet. Além disso, como resposta ao relatório do WGIG e às várias proposições de criação de fóruns globais ou conselhos para discussão de temas relacionados à GI, a Cúpula de 2005 estabeleceu a criação de um Fórum de Governança da Internet (IGF), a ser realizado anualmente sob os auspícios das Nações Unidas (MANSELL; NORDENSTRENG, 2006, pág 17 e 18).

A Assembleia Geral da ONU, na resolução que estabelece a criação do IGF, define o papel do Fórum como uma plataforma multissetorial para discussão de questões de Governança da Internet em âmbito global. O objetivo principal do fórum é promover a colaboração e a cooperação entre múltiplas partes interessadas, incluindo governos, empresas, organizações da sociedade civil, acadêmicos, técnicos e usuários finais, para abordar os desafios e oportunidades relacionados à evolução da Internet e sua governança, abrangendo desde preocupações sobre universalidade do acesso e direitos humanos até regulação, infraestrutura da rede, cibersegurança e desenvolvimento econômico. A agenda e prioridades temáticas do IGF são definidas a partir de um processo aberto e inclusivo com contribuições de partes interessadas de todos os continentes e setores (ONU, 2015).

A reunião é aberta a todas as entidades acreditadas pela Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS) e pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), bem como outras instituições e indivíduos com conhecimento e experiência comprovada em assuntos relacionados à Governança da Internet. Isso

inclui a participação de governos, empresas, organizações da sociedade civil, academia, comunidade técnica e usuários finais, que são igualmente convidados a participar do fórum. Além disso, o IGF não é uma organização reguladora e não tem poder de tomada de decisão vinculativo, mas suas recomendações e discussões têm sido frequentemente consideradas por governos e outras organizações na formulação de políticas públicas relacionadas à Internet. O modelo multissetorial também é aplicado no processo de organização e governança do próprio IGF, que é liderado por um Secretariado e um Conselho Consultivo Multissetorial (do inglês Multistakeholder Advisory Group, MAG), composto por representantes de diferentes partes interessadas. O MAG é responsável por definir a agenda do IGF, selecionar os temas a serem abordados e conduzir as discussões e debates durante o evento anual do IGF. Isso garante que as discussões e decisões tomadas no âmbito do IGF reflitam as perspectivas e interesses de diversas partes interessadas e sejam transparentes e inclusivas. (CGI.BR, 2017, pág. 16 e 17).

O IGF estabeleceu as bases de um processo multissetorial para discussão sobre Governança da Internet que foi replicado em mais de 135 países e regiões, entre IGFs regionais e nacionais, IGFs específicos para jovens e Escolas de Governança da Internet. Essas iniciativas nacionais e regionais são reconhecidas pelo próprio Secretariado do IGF como NRIs (do inglês National and Regional Initiatives) e surgiram como fruto de uma necessidade latente de discussão de assuntos de GI em âmbito regional e local e com a inclusão da juventude. Nesse sentido, os NRIs buscam fomentar a participação de diversas partes interessadas nas discussões sobre governança da Internet, permitindo que as vozes e perspectivas locais sejam ouvidas e consideradas no âmbito global do IGF. Os NRIs são autônomos e independentes, e podem ter seus próprios processos e estruturas de governança, embora compartilhem valores e princípios comuns com o IGF global. Além disso, são apoiados pelo Secretariado do IGF, que fornece orientações, recursos e suporte técnico para o estabelecimento e funcionamento destas iniciativas (AGUERRE, 2018, pág. 5 e 6).

Muitos NRIs começaram como pequenos grupos de diferentes partes interessadas e, com o tempo, evoluíram para grandes redes de indivíduos e organizações, incluindo especialistas, ONGs, formuladores de políticas públicas,

representantes do setor privado e usuários finais. Além disso, é importante mencionar que as NRIs têm financiamento próprio, através de contribuições de organizações de diversos setores, como Registros Regionais e Nacionais da Internet, empresas de tecnologia e telecomunicações, ONGs e Institutos de Pesquisa. Isso demonstra o interesse de diversas organizações na criação e fortalecimento de estruturas multissetoriais como ferramentas capazes de informar e influenciar as agendas e políticas de GI nas realidades locais e regionais.

Alguns NRIs criaram, pela primeira vez em nível nacional ou regional, espaços em que governos e organizações intergovernamentais se reúnem e interagem com atores não-governamentais em assuntos relacionados à GI. No continente africano, por exemplo, observa-se uma grande presença da União Africana e das Nações Unidas (por meio da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, UNECA). Essas organizações discutem horizontalmente com representantes do setor privado, terceiro setor e academia. Como resultado, esses diálogos multissetoriais têm influenciado diversas políticas públicas relacionadas à Internet no mundo todo. O intercâmbio entre esses diferentes níveis (global, regional e local) produziu organicamente um processo de baixo para cima (do inglês, bottom-up) em que diversas questões de Governança da Internet são discutidas primeiramente a nível local, depois regional e finalmente global, levando em consideração as especificidades de diferentes comunidades e promovendo assim discussões melhor informadas em todos os níveis - nacional, regional e global (IGF, 2023).

A EuroDIG ou Fórum Europeu de Governança da Internet é um dos principais exemplos de NRIs regionais. Trata-se de um evento anual que reúne representantes de diversos setores da sociedade para discutir questões relevantes para a governança da Internet na Europa. O fórum é organizado por uma equipe de voluntários e tem como objetivo promover o diálogo e a cooperação entre os diferentes setores para abordar os desafios relacionados à governança da Internet no continente. A EuroDIG segue um processo multissetorial, que permite a todas as partes interessadas participar e expressar suas opiniões sobre as questões em discussão. As sessões são estruturadas em torno de tópicos relevantes para a governança da Internet, como acesso à Internet e inclusão digital, direitos e liberdades online, segurança online,

economia digital, inovação, segurança cibernética e cooperação internacional. Cada sessão é moderada por um especialista no assunto e inclui uma série de apresentações e discussões por parte dos participantes (EURODIG, 2023).

Além das sessões temáticas, o EuroDIG também inclui sessões plenárias, que apresentam debates e discussões sobre questões mais amplas relacionadas à governança da Internet na Europa. As sessões plenárias incluem a participação de líderes políticos, empresariais e da sociedade civil, e permitem que as partes interessadas na Europa influenciem políticas e decisões que afetam a Internet na região. O EuroDIG é considerado um importante fórum regional de governança da Internet pois permite que as partes interessadas na Europa discutam e influenciem políticas e decisões que afetam a Internet na região. Além disso, o fórum serve como uma plataforma para networking, troca de experiências e boas práticas entre os países da Europa (EPSTEIN; NONNECKE, 2016, pág 156).

Ainda a nível de continente europeu, outro NRI importante é a Escola de Verão Europeia sobre Governança da Internet (do inglês European Summer School on Internet Governance, EuroSSIG), uma iniciativa que busca aumentar a compreensão dos participantes sobre questões políticas, técnicas, econômicas, sociais e legais relacionadas à Internet e sua governança na Europa. A EuroSSIG é apoiada por organizações europeias, como a Comissão Europeia, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA). O programa oferece cursos de curta duração ministrados por especialistas em governança da Internet e é destinado a estudantes, profissionais, pesquisadores e representantes de organizações governamentais e não governamentais. O programa também inclui atividades práticas, como simulações de negociações e debates, para que os participantes possam aplicar os conceitos aprendidos na prática. Assim, a EuroSSIG tornou-se ao longo dos anos uma importante iniciativa para a promoção de uma Internet aberta, segura e acessível na Europa, através da formação de líderes e especialistas em governança da Internet (EUROSSIG, 2023).

Quando falamos de NRIs locais, por outro lado, o Brasil é um país referência pela forma como conduz seus processos e iniciativas de governança da internet sob a

coordenação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, ou CGI.br. O comitê foi criado em 1995 e segue uma estrutura multissetorial composta por representantes do governo, setor empresarial, sociedade civil e academia. Entre suas principais atribuições, estão a definição de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil, a promoção da qualidade técnica, na inovação e disseminação de serviços de Internet no país, e a garantia da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede. Para isso, o comitê desenvolve projetos e iniciativas relacionados à infraestrutura da Internet, segurança da informação, inclusão digital e governança da Internet no Brasil. Entre as iniciativas do CGI.br, destacam-se a gestão do registro de nomes de domínio ".br" e o desenvolvimento do projeto "Internet para Todos", que busca promover o acesso à Internet em áreas remotas e de difícil acesso no país (CGI,br, 2023).

O CGI.br também é responsável por coordenar a realização do Fórum da Internet no Brasil, conhecido como IGF brasileiro, e da Escola de Governança da Internet do Brasil, iniciativas essenciais para a promoção do debate multissetorial sobre governança da Internet no país. O Fórum da Internet no Brasil (FIB) é um evento anual realizado desde 2011, com o objetivo promover um espaço de diálogo e reflexão sobre as principais questões relacionadas à Internet no Brasil, como liberdade de expressão, privacidade, segurança, inclusão digital, acesso à informação e economia digital. O evento é aberto ao público e conta com uma programação diversificada, incluindo mesas-redondas, painéis, debates, apresentações de trabalhos acadêmicos e atividades culturais, prezando pela participação equitativa de todas as partes interessadas. Desde a sua criação, o FIB tem se consolidado como um espaço de diálogo plural e democrático sobre a governança da Internet no Brasil (AGUERRE, 2018, pág. 11 e 12).

Já a A Escola de Governança da Internet do Brasil (EGI) é uma iniciativa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) em parceria com diversas entidades, como universidades, organizações da sociedade civil, empresas e órgãos governamentais. O objetivo da EGI é promover a capacitação e formação de pessoas interessadas em assuntos relacionados à governança da Internet no país. Nesse sentido, a EGI oferece cursos presenciais e online, gratuitos e abertos ao público em geral, abrangendo temas

como direitos humanos na Internet, segurança, privacidade, liberdade de expressão, políticas públicas e inovação. A Escola também oferece cursos voltados para a formação de lideranças em governança da Internet, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências para a atuação em processos decisórios e na elaboração de políticas públicas na área. Além dos cursos, a EGI promove eventos, palestras e debates sobre os principais temas relacionados à governança da Internet no Brasil, visando ampliar o diálogo entre os diversos setores envolvidos na construção da rede no país. A Escola de Governança da Internet do Brasil tem sido uma importante iniciativa na formação de profissionais e lideranças em governança da Internet no país, contribuindo para o desenvolvimento de uma rede mais segura, inclusiva e democrática no Brasil (EGI, 2023).

Outro NRI muito importante no Brasil e reconhecido globalmente é o Programa Youth, também promovido pelo CGI.br. Trata-se de uma iniciativa que tem como objetivo engajar jovens de diferentes regiões do país, áreas de formação, raças e gêneros e incentivar a sua participação na formulação de políticas públicas e na construção de uma Internet mais democrática e inclusiva. O programa Youth do CGI.br oferece capacitação, formação e apoio para jovens interessados em participar das discussões sobre governança da Internet. Entre as atividades oferecidas, destacam-se a realização de eventos, workshops, cursos e a participação em fóruns de discussão. Além disso, o programa Youth financia a participação de jovens em fóruns nacionais e regionais de governança da Internet, bem como no IGF da ONU. O objetivo é garantir que as vozes dos jovens sejam ouvidas e que suas perspectivas sejam consideradas nas decisões relacionadas à construção e ao desenvolvimento da Internet nas esferas local, regional e global. Nesse sentido, o programa é essencial para garantir o engajamento dos jovens na construção de uma rede mais inclusiva, diversa e democrática (CGI.br, 2023).

Almeida, Afonso e Getschko (2015, pág 3) traçam algumas características comuns aos modelos multissetoriais (MMS) utilizados em espaços de discussão sobre Governança da Internet, inclusive no âmbito do IGF e NRIs. A Figura abaixo mostra a composição típica de um MMS, incluindo setores e os principais componentes do modelo: metas, participantes, escopo, prazos e conexão com o poder decisório oficial.

Figura 1: principais componentes de um modelo multissetorial



Fonte: Almeida, Afonso e Getschko (2015, pág 3).

O componente meta refere-se às metas que seriam inatingíveis caso cada setor atuasse sozinho. Por exemplo, a meta de preservar uma Internet interoperável, inclusiva, segura e estável não seria possível se houvesse apenas governos envolvidos em espaços de discussão e tomada de decisão sobre regulações e políticas sobre a internet. Já o componente participantes está relacionado aos grupos que tenham interesse ou sejam afetados pela questão em pauta, sempre tendo como premissa uma composição altamente variada da sociedade civil; governo; setor privado; e setor acadêmico e comunidade técnica. O escopo diz respeito à possibilidade de os MMS abordarem questões nos níveis nacional, regional ou internacional. Por exemplo, o IGF tem uma abordagem global, enquanto os IGFs regionais e nacionais e as Escolas de Governança da Internet focam em temas de relevância regional ou local. Por fim, as linhas de tempo referem-se ao fato de que os MMSs podem ser organizados para eventos pontuais ou para processos sem fim determinado, dependendo da questão que estiver sendo examinada. No caso do IGF, por exemplo, há um mandato da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que se iniciou em 2005 e estende-se até 2025, determinando a realização anual de um fórum multissetorial sobre GI (ALMEIDA; AFONSO; GETSCHKO, 2015, pág 4).

Além disso, este modelo é baseado em quatro princípios fundamentais de participação multissetorial: a representação igualitária de todos os atores interessados; a transparência, de forma que as decisões e processos de governança sejam transparentes e acessíveis ao público, permitindo não só a participação e contribuição da sociedade, como também o monitoramento das políticas criadas e responsabilização dos tomadores de decisão; a cooperação internacional entre os diferentes países e regiões, com o objetivo de promover a interoperabilidade e a segurança da Internet entre fronteiras; e a flexibilidade, assegurando que a governança da Internet seja flexível e adaptável às mudanças e desafios tecnológicos e sociais, e dessa forma permitindo a evolução contínua da Internet.

Assim, seguindo os mesmos princípios básicos do IGF, os autores buscam definir um modelo multissetorial de governança da internet que promova uma governança inclusiva, colaborativa e responsável da Internet, que respeite os direitos humanos e possibilite o desenvolvimento econômico e social. No capítulo seguinte, analisaremos os principais NRIs do continente africano: o Fórum de Governança da Internet da África e a Escola de Governança da Internet Africana. Para tanto, um dos critérios de análise utilizados será a participação dos setores definidos por Almeida, Afonso e Getschko (2015, pág 3) (sociedade civil; governo; setor privado; e setor acadêmico e comunidade técnica), além do setor de organizações intergovernamentais, dada a grande influência de organizações como a União Africana nas iniciativas de governança da internet na África. Também analisaremos como o modelo multissetorial do IGF se manifesta no contexto africano e de que forma as NRIs analisadas contribuem com as agendas de transformação digital do continente.

3. A EXPERIÊNCIA DA ÁFRICA: UNIÃO AFRICANA E UNECA

O crescente fenômeno das iniciativas regionais e nacionais do Fórum de Governança da Internet (IGF) oferece uma oportunidade para examinar como várias interpretações do modelo multissetorial atuam em diferentes contextos culturais, políticos e econômicos. A variedade de formas pelas quais o multissetorialismo é realizado se expressa nas estruturas e procedimentos organizacionais desses eventos, seus mecanismos de financiamento, suas agendas e formatos, o tipo de participação que atraem e possibilitam e sua potencial influência no cenário nacional, regional, ou debates globais sobre governança da Internet. Neste capítulo, buscamos entender como o multissetorialismo do IGF se reproduz no contexto africano, especificamente no Fórum de Governança da Internet da África e na Escola de Governança da Internet Africana. Analisamos a estrutura desses eventos, quem os organiza e financia, suas agendas e participantes. Utilizamos os setores propostos por ALMEIDA; AFONSO; e GETSCHKO (2015, pág 3 e 4), conforme mencionado no capítulo anterior, além do setor de organizações intergovernamentais, para avaliar a composição setorial dos speakers e corpo docente desses dois eventos. Além disso, analisamos a relação dos assuntos abordados nesses espaços com as agendas de transformação digital das principais organizações intergovernamentais do continente.

3.1 ESCOLA AFRICANA DE GOVERNANÇA DA INTERNET

A Escola de Governança da Internet da África é um dos principais componentes do ecossistema de governança da internet do continente africano. Ela responde a uma necessidade histórica e amplamente reconhecida de uma maior presença africana em espaços de discussão e desenvolvimento de políticas públicas sobre governança da internet globalmente. Nesse sentido, a Escola busca treinar os futuros líderes africanos com as habilidades necessárias para participar de estruturas locais e internacionais de governança da internet e dessa forma impactar o futuro da Internet em prol do desenvolvimento do continente africano. Nesta subseção, analisamos a estrutura, os procedimentos organizacionais, os mecanismos de financiamento, a agenda e a composição setorial do corpo docente da AfriSIG em suas edições de 2020, 2021 e

2022. Buscamos entender o potencial de influência da Escola nos debates africanos sobre governança da Internet, além de explorar de que forma organizações intergovernamentais influenciam a estrutura e agenda da AfriSIG.

A Escola de Governança da Internet da África (AfriSIG) é um programa de capacitação liderado por especialistas africanos em governança da internet com o objetivo de desenvolver habilidades e capacidade em governança da internet na África. De acordo com Marília Maciel (2020, pág 20), a Escola foi criada em 2013 em resposta à crescente necessidade de envolvimento da África nas questões globais de governança da internet. A AfriSIG oferece aos participantes a oportunidade de aprender sobre governança da internet e se envolver em debates e discussões sobre questões-chave relacionadas à internet, como privacidade, segurança cibernética, acesso à informação, inclusão digital, neutralidade da rede, entre outros. O programa é destinado a líderes de opinião, profissionais de TI, defensores da sociedade civil, membros do governo, do setor privado e da academia. O programa é realizado no formato de um curso anual de cinco dias, organizado em conjunto entre a Associação para Comunicações Progressivas, a divisão de Sociedade da Informação da Comissão da União Africana e a Research ICT Africa.

A Associação para Comunicações Progressivas (APC) é uma rede global de organizações da sociedade civil, ativistas digitais e defensores dos direitos humanos que trabalham para promover o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) como uma ferramenta para o desenvolvimento social, a justiça e a igualdade. A APC trabalha em estreita colaboração com organizações e grupos em todo o mundo, fornecendo recursos, treinamento, pesquisa, advocacy e outras formas de apoio para um uso mais eficaz das TIC, pautado em objetivos de justiça social e direitos humanos. Além disso, um de seus principais focos de atuação é a defesa de políticas e regulamentações que protejam os direitos humanos online. A organização também desempenha um papel importante em fóruns internacionais de governança da internet, como o IGF e seus NRIs, trabalhando para garantir que os direitos humanos sejam protegidos e promovidos no espaço digital (APC, 2023).

A Research ICT Africa (RIA) é uma organização independente sem fins lucrativos que realiza pesquisas multidisciplinares sobre governança digital, política e regulamentação. A organização tem como objetivo informar e influenciar políticas e práticas em relação ao uso e acesso de tecnologias digitais para o desenvolvimento social e econômico da África. A RIA foi fundada em 2003 e tem sua sede na Cidade do Cabo, África do Sul. A organização realiza pesquisas abrangentes e rigorosas sobre o acesso e uso das TIC na África, coletando dados sobre o acesso, adoção, uso e impacto das TIC em diversas áreas, como saúde, educação, negócios, governança e inclusão digital. A partir desses dados, a RIA produz relatórios, políticas e recomendações para governos, empresas e organizações da sociedade civil. Além disso, a RIA colabora com uma ampla rede de parceiros no continente africano e em todo o mundo. Seus membros são pesquisadores, acadêmicos, defensores da sociedade civil e representantes do setor privado que compartilham um interesse comum em promover o desenvolvimento das TIC na África. Dessa forma, a organização tem sido um importante defensor da inclusão digital e da equidade de acesso às TIC na África (RESEARCH ICT AFRICA, 2023).

Por fim, a Comissão da União Africana (CUA) é um órgão da União Africana (UA) responsável pela implementação das decisões e políticas da UA. A CUA foi criada em 2002, substituindo a antiga Organização da Unidade Africana, e tem sua sede em Adis Abeba, na Etiópia. A CUA é composta por dez comissários, incluindo o presidente da comissão, que é eleito pelos chefes de estado e de governo da UA. Os comissários são responsáveis por diferentes áreas, como assuntos políticos, paz e segurança, infraestrutura e energia, comércio e indústria, entre outras. A CUA desempenha um papel importante no desenvolvimento e promoção da integração econômica e política na África, bem como na coordenação de esforços para resolver conflitos e promover a paz e segurança na região. A comissão também trabalha em estreita colaboração com os estados membros da UA para implementar programas e políticas que visam promover o desenvolvimento socioeconômico e melhorar as condições de vida dos cidadãos africanos. Além disso, a CUA mantém relações com outras organizações internacionais, como as Nações Unidas, a União Europeia e a União Africana de

Telecomunicações, para colaborar em questões globais e regionais de interesse mútuo (UA, 2023).

Além dos três organizadores mencionados acima, a AfriSIG conta com uma parceria de anos com o PRIDA, do inglês Policy and Regulation Initiative for Digital Africa. O PRIDA) é uma iniciativa da União Africana criada para apoiar o desenvolvimento do setor de telecomunicações e TIC na África. Um dos pilares do programa é o apoio a políticas e estruturas regulatórias que criem um ambiente propício ao crescimento da economia digital em todo o continente. O PRIDA foi lançado em 2019 e faz parte de uma visão mais ampla da Agenda 2063 da UA para criar uma África próspera e integrada. O programa tem apoio de várias organizações internacionais importantes, como a União Internacional de Telecomunicações, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África e a União Europeia (UA, 2023).

A AfriSIG tem o apoio e financiamento de um conjunto de organizações e empresas que apoiam a governança da internet na África. Entre as principais organizações, estão o Registro Regional de Internet para a África (AFRINIC), a União Africana, a Internet Society, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, a Ford Foundation, a ICANN e a Associação Africana de Segurança Cibernética e Proteção de Dados. Essas organizações oferecem financiamento para o desenvolvimento e implementação da AfriSIG, além de contribuir com especialistas e recursos para as atividades do programa. Entre as empresas que já financiaram a AfriSIG estão várias BigTechs, como Facebook, Google e Microsoft, além de corporações locais, como MTN Group e Telkom SA, ambas sediadas na África do Sul. O financiamento da AfriSIG é sempre anunciado publicamente e a escola mantém uma política de transparência em relação ao financiamento e à governança da instituição (AFRISIG, 2023).

A ideia de uma escola anual sobre Governança da Internet com um público e corpo docente multissetorial africanos foi inspirada na Escola de Verão Europeia sobre Governança da Internet ou EuroSSIG, mencionada no capítulo anterior, e responde a uma necessidade histórica e amplamente reconhecida de uma maior presença africana em espaços de discussão e desenvolvimento de políticas públicas sobre Governança da Internet globalmente. O objetivo da Escola é desenvolver líderes africanos de

diversos setores, origens e idades com as habilidades necessárias para participar de estruturas locais e internacionais de Governança da Internet e dessa forma impactar o futuro da Internet em prol do desenvolvimento do continente africano. Entre essas estruturas, destacam-se o Fórum de Governança da Internet da África e o IGF, eventos para os quais a AfriSIG funciona como um curso preparatório (CALANDRO; GILLWALD; ZINGALES, 2013, pág 32).

O corpo docente da AfriSIG é composto por especialistas e profissionais experientes em governança da internet, políticas públicas e regulamentação de TICs reconhecidos na África e globalmente. Os membros do corpo docente são cuidadosamente selecionados para representar uma ampla gama de perspectivas, habilidades e experiências relevantes para a governança da internet na África. Eles incluem profissionais de organizações governamentais e não-governamentais, setor privado, academia e sociedade civil e são selecionados com base em sua experiência prática em áreas relacionadas à governança da internet, incluindo privacidade, segurança cibernética, desenvolvimento econômico, liberdade de expressão, direitos humanos e políticas de acesso e inclusão digital. Entre as principais organizações representadas no corpo docente da Escola, estão a União Africana, Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, Internet Society, Research ICT Africa, Association for Progressive Communications, DiploFoundation, Internet & Jurisdiction Policy Network, ICANN, diversos governos africanos e universidades africanas e de outros continentes. A AfriSIG também conta com uma rede global de mentores que apoiam os participantes durante e após a escola, oferecendo orientação e aconselhamento em questões relacionadas à governança da internet. Esses mentores são geralmente membros experientes da comunidade de governança da internet na África e em outros lugares, e são selecionados com base em suas habilidades e conhecimentos relevantes para a orientação de jovens líderes em governança da internet. O corpo docente e a rede de mentores da AfriSIG são, portanto, fundamentais para o sucesso da escola e contribuem significativamente para o seu objetivo de formação de uma nova geração de líderes em governança da internet na África (AFRISIG, 2023).

O currículo da AfriSIG é focado em processos, práticas e problemáticas de Governança da Internet globais e específicas do continente africano, utilizando uma abordagem desenvolvimentista baseada em Direitos Humanos. Entre os principais tópicos abordados, estão princípios da governança da internet, políticas e regulamentações de TICs, privacidade e proteção de dados pessoais, segurança cibernética e combate ao cibercrime, liberdade de expressão e acesso à informação, inclusão digital e políticas de acesso, neutralidade da rede, integração regional e cooperação internacional em governança da internet. Além disso, a AfriSIG aborda questões emergentes e ainda em evolução na governança da internet, como inteligência artificial, internet das coisas (IoT) e blockchain.

Por fim, a Escola oferece uma combinação de sessões teóricas e práticas, com palestras, debates, estudos de caso e exercícios em grupo, a fim de fornecer aos participantes uma compreensão completa, teórica e prática, dos desafios e oportunidades da governança da internet na África. Os participantes são inseridos nos principais debates de Governança da Internet, tanto na esfera de seus países quanto a nível regional e global, e capacitados para contribuir diretamente com esses debates. O aprendizado prático é um dos componentes centrais do curso, preparando os alunos para participar de negociações complexas, desenvolver declarações, liderar e promover políticas e práticas de governança da internet responsáveis e sustentáveis em suas respectivas organizações e comunidades (AFRISIG, 2023).

A AfriSIG cumpre com seu propósito à medida que é reconhecida mundialmente como uma instituição chave para o desenvolvimento de líderes na área de Governança da Internet na África. A Escola é responsável pela formação de uma ampla rede de ex-alunos, entre formuladores de políticas, reguladores, especialistas e ativistas de direitos humanos engajados em diversos espaços de criação de políticas públicas e tomada de decisão. Nos parágrafos abaixo, discutiremos a composição setorial do corpo docente e da agenda da AfriSIG ao longo dos três últimos anos, buscando explorar nossa hipótese de que os NRIs africanos são fortemente influenciados por organizações intergovernamentais. Analisaremos as organizações representadas nos corpos docentes a partir dos três setores definidos por Almeida; Afonso; Getschko (2015, pág 3 e 4) ou seja, Governo, Sociedade Civil, Academia e Comunidade Técnica,

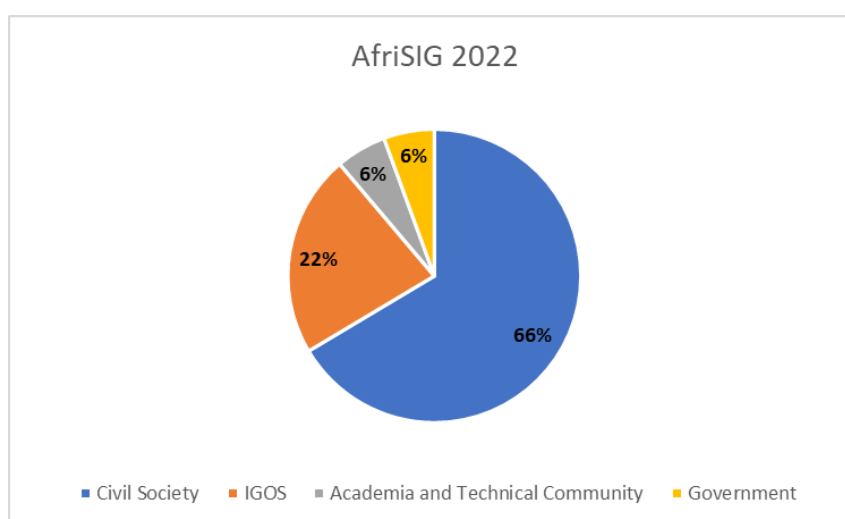
adicionando um quarto setor de Organizações Intergovernamentais (IGOs), dados os propósitos de análise deste trabalho.

Nos três anos analisados, a sociedade civil foi o setor com maior representação entre o corpo docente da Escola, sempre correspondendo a mais da metade do total. Conforme dados analisados pela autora, 83% dos membros do corpo docente da AfriSIG representavam a sociedade civil em 2020, 57% em 2021 e 65% em 2022. É possível verificar que algumas organizações têm maior presença e recorrência ao longo dos anos, como a Associação para Comunicações Progressivas e a Research ICT Africa, ambas organizadoras da Escola, além da Internet & Jurisdiction Policy Network e Global Partners Digital. A Internet & Jurisdiction Policy Network (IJPN) é uma iniciativa global que reúne governos, setor privado, sociedade civil, academia e comunidade técnica para abordar os desafios da governança da Internet entre fronteiras. A rede foi fundada em 2012 e é sediada em Paris, tendo como objetivo facilitar a cooperação multissetorial e desenvolver normas e procedimentos comuns para lidar com questões transnacionais que afetam a Internet, tais como a privacidade de dados, liberdade de expressão e segurança cibernética. A organização realiza reuniões regionais e globais, assim como pesquisas, análises e a elaboração de recomendações para ajudar os tomadores de decisão a encontrar soluções para questões jurisdicionais complexas que envolvem a Internet, respeitando as leis e normas locais ao mesmo tempo em que se garante a interoperabilidade global da Internet (INTERNET & JURISDICTION POLICY NETWORK, 2022, pág 4).

A Global Partners Digital (GPD) é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para promover a privacidade de dados, a segurança cibernética, a liberdade de expressão e os direitos humanos em todo o mundo. A organização foi fundada em 2005 e sua sede está localizada em Londres, Reino Unido. A GPD segue uma abordagem multissetorial e colaborativa e trabalha em estreita colaboração com governos, empresas, organizações internacionais, sociedade civil e especialistas em tecnologia para desenvolver políticas e soluções práticas para as questões mais prementes da governança da Internet. A GPD fornece pesquisa, análises e aconselhamento estratégico para apoiar a formulação de políticas e decisões que afetam a governança da Internet em todo o mundo. A organização também realiza

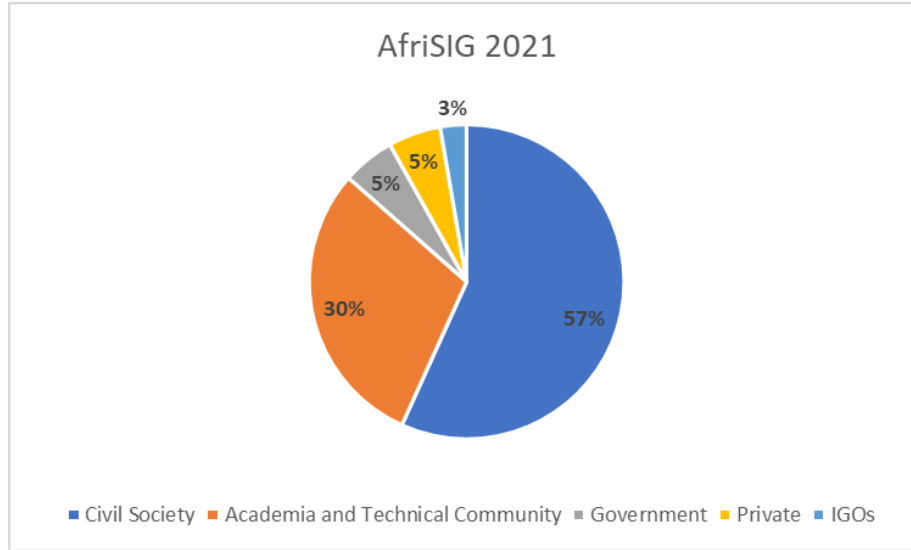
treinamentos e workshops sobre os principais desafios da governança da Internet e capacita as partes interessadas para que desenvolvam as habilidades e conhecimentos técnicos necessários para enfrentá-los de forma eficaz. A organização também lidera iniciativas para promover a cooperação multissetorial e o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na governança da Internet (GPD, 2023). Nos gráficos a seguir, é possível visualizar a composição setorial do corpo docente da AfriSIG em 2020, 2021 e 2022.

Gráfico 2 - Composição setorial do corpo docente da AfriSIG 2022



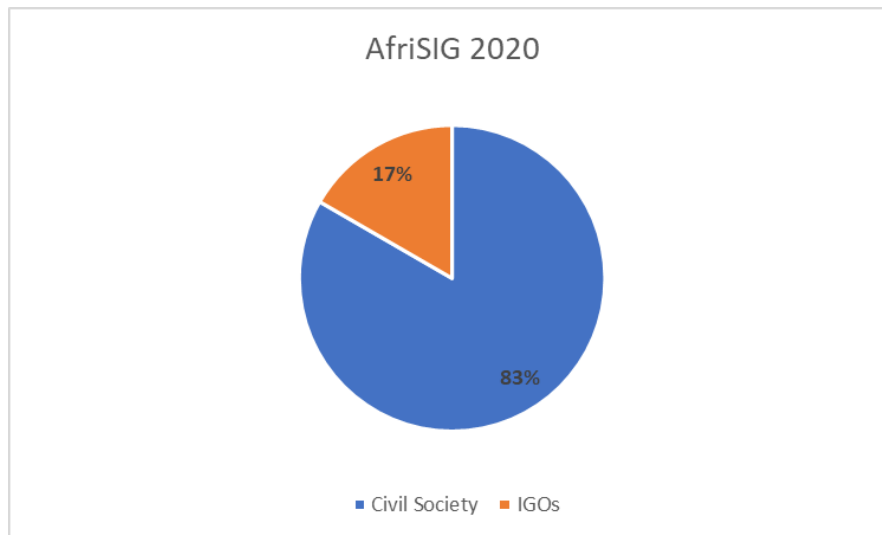
Fonte: elaborado pela autora com dados de AFRISIG (2022).

Gráfico 3 - Composição setorial do corpo docente da AfriSIG 2021



Fonte: elaborado pela autora com dados de AFRISIG (2021).

Gráfico 4 - Composição setorial do corpo docente da AfriSIG 2020



Fonte: elaborado pela autora com dados de AFRISIG (2020).

A partir dos gráficos acima, é possível perceber que a sociedade civil é o setor predominante, e as Organizações Intergovernamentais ocupam o segundo lugar apenas em 2020 e 2022, sendo o setor menos representado em 2021. As principais IGOs presentes no corpo docente da AfriSIG ao longo desses anos foram a União Africana e as Nações Unidas. Em 2022, a Escola contou com a presença de Adil Sulieman e Abdul-Hakeem Ajijola, da União Africana, e Moliehi Makumane, das Nações

Unidas. Adil Sulieman é um diplomata sudanês que atualmente serve como Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Sociedade da Informação da Comissão da União Africana. Nessa posição, ele lidera a agenda da União Africana em relação às TICs, bem como a implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento da sociedade da informação na África. Antes de ingressar na União Africana em 2014, Sulieman ocupou vários cargos de liderança no governo sudanês, incluindo o de Secretário-Geral do Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação e o de Representante Permanente Adjunto do Sudão junto à União Africana e às Nações Unidas em Addis Ababa, Etiópia. Sulieman é conhecido por suas contribuições para o desenvolvimento de políticas de TIC em nível nacional e continental na África, bem como para o fortalecimento da capacidade dos governos e outras partes interessadas em lidar com questões relacionadas à governança da Internet e segurança cibernética. Ele é um dos líderes por trás Pan African e-Network (PAeN), que compõe os projetos chave da Agenda 2063 da União Africana e é uma das iniciativas mais importantes para melhorar a infraestrutura de TICs e promover a inclusão digital no continente africano. Sulieman também é autor de várias publicações sobre TICs e desenvolvimento na África (UA, 2023).

Abdul-Hakeem Ajijola é um especialista em segurança cibernética nigeriano que atua como Conselheiro Sênior da União Africana em assuntos de segurança cibernética, políticas de TIC e desenvolvimento da economia digital na África. Ajijola é amplamente reconhecido como um dos principais especialistas em segurança cibernética na África e tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de políticas e estratégias de segurança cibernética em todo o continente. Antes de ingressar na UA, Ajijola ocupou vários cargos importantes em organizações internacionais e regionais, incluindo o Comitê Diretor de Política de Segurança Cibernética da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Conselho Consultivo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Tecnologia da Informação e Comunicação e o Conselho Consultivo do Secretário-Geral da UIT. Ajijola é presidente do Grupo de Especialistas em Segurança Cibernética da União Africana (AUCSEG) e presidente do Comitê do Plano Nacional de Banda Larga da Nigéria. O AUCSEG é composto por especialistas em cibersegurança de toda a África e é responsável por

fornecer aconselhamento técnico à Comissão da União Africana sobre questões relacionadas à cibersegurança. Por fim, Ajijola tem sido um defensor ativo da inclusão digital e do desenvolvimento da economia digital na África, trabalhando para promover a inovação e o empreendedorismo tecnológico na região (AU, 2023).

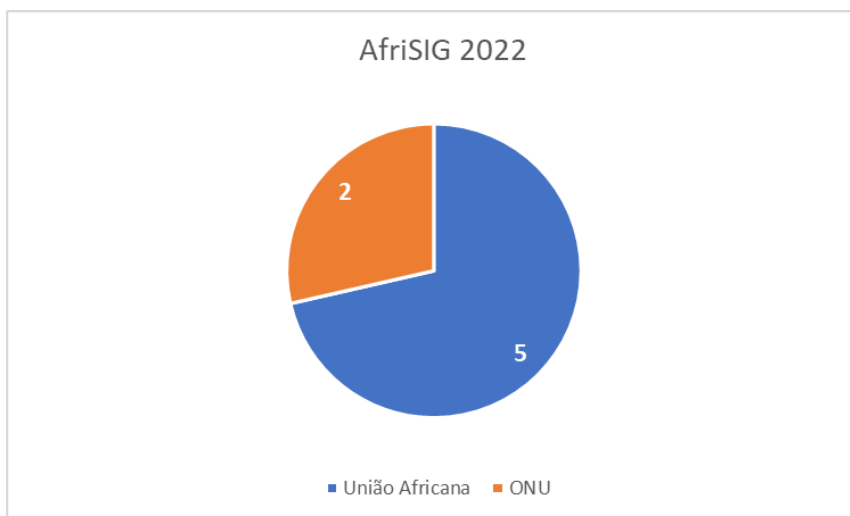
Moliehi Makumane é uma especialista em segurança cibernética que trabalha no Instituto das Nações Unidas para a Investigação e Desarmamento (UNIDIR, na sigla em inglês). O UNIDIR é um instituto independente de pesquisa em políticas da ONU que se dedica a promover a segurança internacional e o desarmamento. Makumane lidera o programa de Segurança Cibernética do UNIDIR, onde trabalha em estreita colaboração com governos, organizações internacionais, o setor privado e a sociedade civil para promover a cooperação internacional e o diálogo em questões de segurança cibernética. Seu trabalho inclui a realização de pesquisas, o desenvolvimento de políticas e estratégias, a organização de eventos e a facilitação de diálogos multissetoriais. Antes de ingressar no UNIDIR, Makumane trabalhou na Agência de Segurança Cibernética da África do Sul (CSIR), onde foi responsável pelo desenvolvimento de políticas e estratégias de segurança cibernética para o governo sul-africano. Ela também trabalhou como pesquisadora visitante na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, e como consultora para várias organizações internacionais, incluindo a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos e a União Internacional de Telecomunicações (UIT). Além disso, atua como negociadora no Grupo de Trabalho Aberto do Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre TICs, para o qual a AfriSIG 2022 produziu sua contribuição multissetorial sobre cibersegurança. Por fim, vale mencionar que Makumane também é uma defensora ativa da inclusão e diversidade na área de segurança cibernética e trabalha para promover a participação equitativa de mulheres e grupos sub-representados em diálogos e processos de tomada de decisão em segurança cibernética (UA, 2023).

Em 2021, a AfriSIG contou com apenas um representante de organizações governamentais em seu corpo docente: Chengetai Masango, da ONU. Masango também é especialista em TICs e atualmente ocupa a função de Secretário do IGF nas Nações Unidas. Ele tem ampla experiência em TICs e trabalhou anteriormente como diretor de tecnologia da informação na Organização Meteorológica Mundial (OMM), da

ONU, onde liderou a implementação de projetos de TIC para melhorar a previsão do tempo e as capacidades de alerta de desastres em países em desenvolvimento. Além disso, Masango foi responsável pela implantação do Sistema de Alerta de Tsunami do Oceano Índico na África Oriental e Austral em nome da UNESCO. Ele também trabalhou como consultor de TICs para o Banco Mundial, UIT e outras organizações internacionais. Masango é defensor ativo da inclusão digital e trabalha para garantir que todas as pessoas, especialmente aquelas em áreas rurais e em países em desenvolvimento, tenham acesso equitativo às TICs e seus benefícios (ONU, 2023).

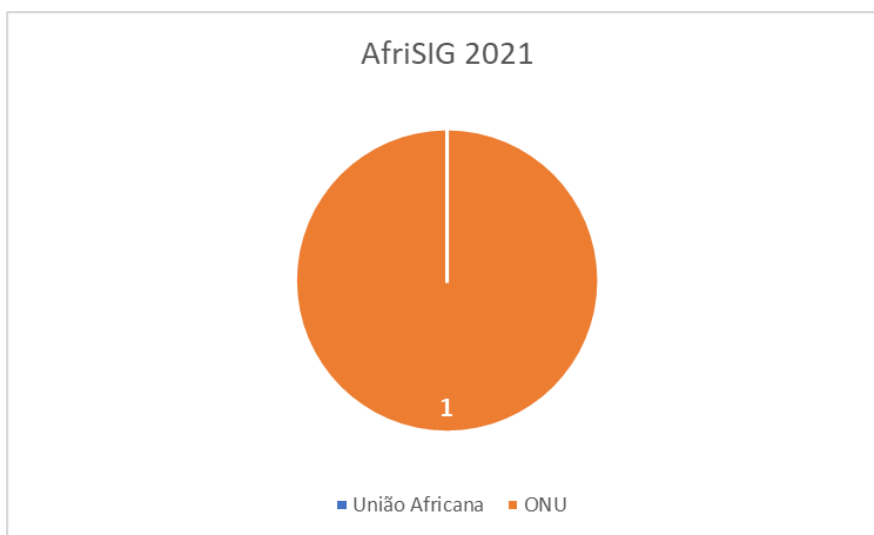
Por fim, em 2020 a AfriSIG contou com a presença de Margaret Nyamburu Ndung'u, que foi a única representante da União Africana a participar em duas edições da AfriSIG no período analisado, em 2020 e 2022. Ela é especialista em políticas e regulação para TICs e atua como Gerente do PRIDA (Policy and Regulation Initiative for Digital Africa), uma iniciativa da União Africana para melhorar a capacidade das instituições africanas de desenvolver e implementar políticas e regulamentações para o setor de TICs. Como uma das líderes da PRIDA, Ndung'u desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e implementação das políticas e regulamentações de TICs na África, além de liderar esforços para fortalecer as capacidades das instituições de regulação de TIC em todo o continente. Antes de ingressar no PRIDA, Ndung'u ocupou vários cargos importantes em organizações de TIC e desenvolvimento, incluindo a Agência de Inovação do Quênia e o Centro de Tecnologia para o Desenvolvimento na Universidade de Gana. Ela também atuou como consultora em várias iniciativas de desenvolvimento de TIC na África, trabalhando com organizações como o Banco Mundial, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África e o Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento. Ndung'u tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de políticas e estratégias de TIC em todo o continente, bem como para a construção de capacidade e o fortalecimento das instituições responsáveis pela regulação e governança da internet na região (UA, 2023). Nos gráficos abaixo, é possível ver o número de representantes de diferentes organizações intergovernamentais no corpo docente da AfriSIG ao longo dos três anos analisados.

Gráfico 5 - Organizações intergovernamentais no corpo docente da AfriSIG 2022



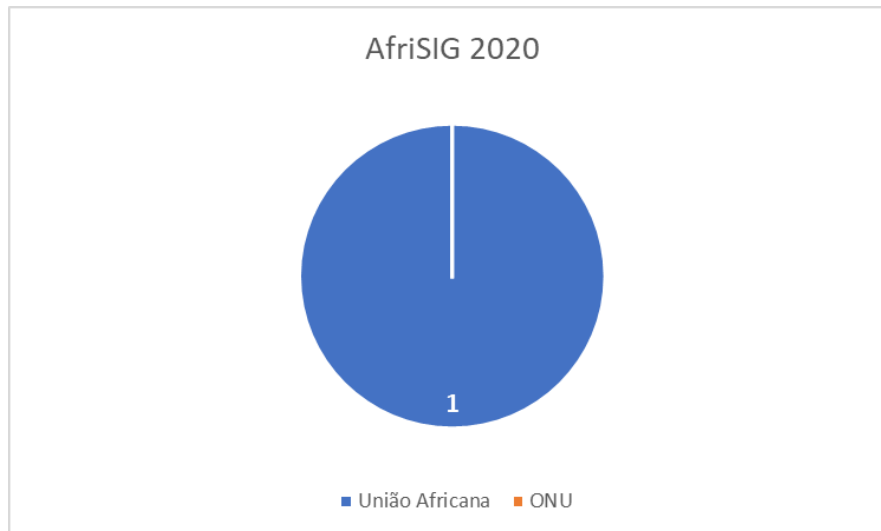
Fonte: elaborado pela autora com dados de AFRISIG (2022).

Gráfico 6 - Organizações intergovernamentais no corpo docente da AfriSIG 2021



Fonte: elaborado pela autora com dados de AFRISIG (2021).

Gráfico 7 - Organizações intergovernamentais no corpo docente da AfriSIG 2020



Fonte: elaborado pela autora com dados de AFRISIG (2020).

A maior parte das sessões da AfrisiG 2020 foram focadas no Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do continente africano, abordando temas como o paradoxo da igualdade digital e o impacto de serviços financeiros digitais e da 5G no desenvolvimento da África. Além disso, os participantes de um programa de treinamento do PRIDA foram convidados a participar da edição de 2020 da AfrisiG, como complemento à sua formação. Dessa forma, além das sessões normais de conteúdo, a Escola contou com duas sessões paralelas específicas, uma para participantes do PRIDA e outra para ex-alunos da AfrisiG. Essas sessões incluíram, entre outros temas, uma discussão de debriefing sobre o IGF 2020. O PRIDA é uma iniciativa da União Africana que foi lançada em 2019 e tem como objetivo ajudar os países africanos a criar políticas e regulamentações sólidas para a transformação digital e o crescimento econômico do continente, garantindo o acesso à internet, a conectividade, a segurança digital e os direitos dos consumidores. A iniciativa também visa melhorar a interoperabilidade entre os países africanos em termos de conectividade digital e promover a cooperação regional. A iniciativa faz parte da Agenda 2063 da UA, que visa acelerar o desenvolvimento da África, promover a integração continental e garantir a paz, a segurança e a estabilidade no continente a longo prazo. Além disso, conta com o apoio de várias organizações internacionais,

como a UIT, União Europeia e Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. A iniciativa é composta por três fases: a primeira fase envolve a análise das políticas e regulamentações existentes em cada país africano; a segunda fase se concentra na criação de políticas e regulamentações sólidas sobre as TICs; e a terceira fase envolve a implementação dessas políticas e regulamentações (MACIEL, 2020, pág 6).

Dessa forma, a União Africana busca promover o desenvolvimento da banda larga, monitorar o desenvolvimento de políticas e estruturas regulatórias das TICs, simplificar as estruturas e processos de governança da internet na África e aumentar a capacidade dos Estados Membros da UA enquanto atores ativos em espaços governança da internet em todo o mundo. A UA entende que uma estrutura e processos de governança da internet sólidos são essenciais para a transformação digital africana. Nesse sentido, a Iniciativa atua em duas linhas principais:

1. Fortalecer as estruturas e processos do GI nos âmbitos nacional, regional e continental.
 - a. Simplificar os processos de desenvolvimento de políticas em todos esses níveis e;
 - b. Coordenar a participação da África em espaços de discussão sobre governança da internet a nível global.
2. Desenvolver capacidade e oferecer serviços de coaching para a comunidade engajada com temas de governança da internet e diplomatas dos Estados Membros.

Na prática, essas duas linhas de atuação desdobram-se em ações como o desenvolvimento de um IGF toolkit, buscando melhor preparar as delegações africanas para o fórum da ONU; a coordenação entre os NRIs africanos, como Escolas de Governança da Internet e IGFs nacionais, regionais e continentais; apoio à realização desses NRIs; realização de treinamentos sobre governança da internet; colaboração com organizações de pesquisa para contextualizar conteúdos de governança da internet para as partes interessadas e diplomatas africanos; e apoio à criação de novos NRIs. Por exemplo, em 2020 o PRIDA apoiou nove países para criar suas Escolas de Governança da Internet (Botsuana, Essuatíni, Madagascar, Marrocos, Libéria, Cabo

Verde, Egito, Mauritânia e Camarões) e apoiou cinco países para estabelecer seus IGFs locais (Botsuana, Essuatíni, Madagascar, Libéria e Cabo Verde).

Além disso, desde 2020 a Iniciativa otimizou os calendários dos NRIs da seguinte forma: a) Todos os IGFs Nacionais devem ser realizados entre janeiro e junho; b) Todos os IGFs regionais devem ser realizados entre julho e setembro; e c) O African IGF (continental) a deve ser realizado em outubro. Esse é um exemplo claro de intercâmbio entre diferentes níveis (global, regional e local) de NRIs do IGF da ONU, produzindo organicamente um processo de baixo para cima em que diversas questões de governança da internet são discutidas primeiramente a nível local, depois regional e finalmente global, levando em consideração as especificidades de diferentes comunidades e promovendo assim discussões melhor informadas em todos os níveis. Abaixo temos um gráfico que descreve essa lógica temporal de realização dos diversos NRIs no continente africano, partindo do menor para o maior nível de abrangência, ou seja, do local para o global. O gráfico foi apresentado pela própria Margaret 16º IGF, realizado na Polônia em 2021 durante um Workshop da Comissão da União Africana sobre Ciberdiplomacia.

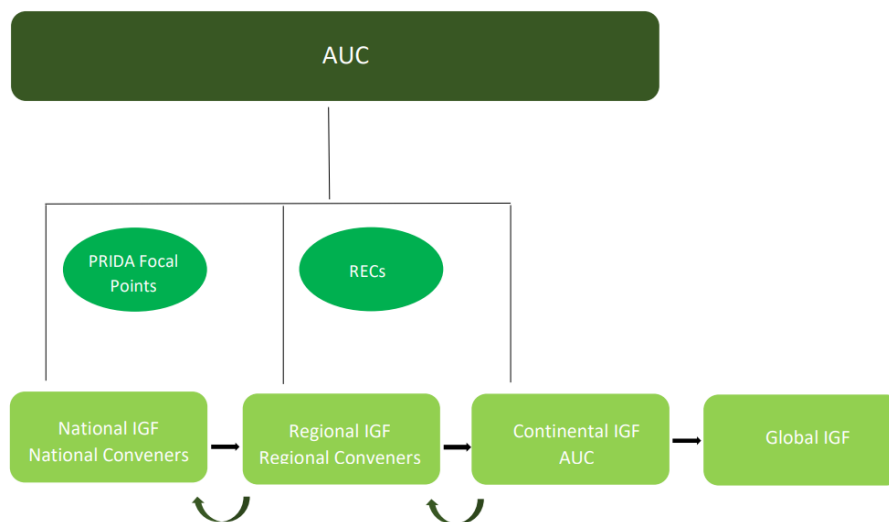


Figura 2: Ordem de realização dos NRIs africanos definida pelo PRIDA

Em 2021, o conteúdo da AfriSIG foi muito mais abrangente em comparação ao ano anterior, contando com sessões principais, painéis de discussão, momentos de

networking e uma atividade prática que simulou um processo multissetorial real, com o objetivo de chegar a uma solução consensual sobre um desafio atual de governança da internet. As sessões e painéis incluíram temas como direitos humanos na era digital, abordando questões como liberdade de expressão, privacidade e proteção de dados pessoais; conceitos fundamentais da governança da internet, incluindo o conceito e história da governança da internet, principais atores e processos; gestão de nomes de domínio e endereços IP - discussão sobre a gestão de nomes de domínio e endereços IP, abordando o papel da ICANN na governança desses recursos; segurança cibernética e desafios específicos do continente africano; desenvolvimento sustentável e economia digital, trazendo para o debate a relação entre economia digital e o desenvolvimento sustentável na África; neutralidade da rede e gestão de fluxo de tráfego, incluindo o conceito de neutralidade e os principais debates e desafios em relação à gestão do fluxo de tráfego na internet; e temas quentes como internet das coisas e inteligência artificial, propondo discussões sobre os desafios e oportunidades dessas tecnologias para a realidade africana.

A AfriSIG 2022 consistiu em uma série de três eventos relacionados entre si:

1. Uma consulta virtual de três horas realizada em 15 de junho.
2. Um curso presencial de três dias, de 16 a 18 de julho, realizado como pré-evento do 11º IGF Africano, realizado por sua vez em Lilongwe, no Malawi, de 19 a 21 de julho de 2022.
3. Uma consulta e um workshop realizados como pré-evento do IGF da ONU, realizado em Adis Abeba, na Etiópia, em novembro de 2022.

Em 2022, a Escola teve um grande foco temático: cibersegurança. Todas as sessões e painéis foram pensados para preparar os participantes para o objetivo principal dessa edição: desenvolver uma contribuição multissetorial para a sessão do Grupo de Trabalho Aberto (do inglês Open-Ended Working Group, OEWG) do Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre TICs, realizado de 25 a 29 de julho de 2022 na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Para tanto, o curso presencial realizado em julho incluiu um componente prático em que os participantes desenvolveram um documento identificando as prioridades regionais africanas no desenvolvimento de capacidade estatal para exercer um comportamento responsável

no ciberespaço. O documento foi apresentado em Nova Iorque pelo Grupo de Especialistas em Segurança Cibernética da Comissão da União Africana (AFRISIG, 2022).

A partir das informações acima sobre pessoas e conteúdos relacionados à AfriSIG nas suas edições de 2020, 2021 e 2022, é possível observar que, embora a sociedade civil seja o setor predominante em termos quantitativos, as organizações intergovernamentais têm uma influência significativa na agenda da Escola. Vários representantes de alto nível da União Africana, envolvidos em iniciativas chave para a transformação digital do continente, compuseram o corpo docente ao longo do período analisado. Entre eles, Adil Sulieman, que lidera a agenda da UA para TICs e é um dos líderes da Pan African e-Network, um dos projetos chave da Agenda 2063 da União Africana; Abdul-Hakeem Ajijola, Conselheiro Sênior da União Africana e amplamente reconhecido como um dos principais especialistas em segurança cibernética na África; Moliehi Makumane, especialista em segurança cibernética que trabalha no Instituto das Nações Unidas para a Investigação e Desarmamento (UNIDIR) e atua como negociadora no Grupo de Trabalho Aberto do Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre TICs; Chengetai Masango, que atualmente ocupa a função de Secretário do IGF nas Nações Unidas; e Margaret Nyamburu Ndung'u, responsável pelo PRIDA, programa da UA que busca capacitar os Estados-membro a criarem políticas e regulamentações sólidas para a transformação digital e o crescimento econômico do continente, bem como fortalecer as estruturas e processos de governança da internet na África.

Quando analisamos o conteúdo, também é possível perceber um alinhamento entre a agenda da União Africana e a agenda da AfriSIG. Em 2020, a União Africana recorreu à AfriSIG como complemento à formação de participantes do PRIDA. As agendas do PRIDA e da Escola se complementam, à medida que a iniciativa da UA busca promover o desenvolvimento da banda larga, monitorar o desenvolvimento de políticas e estruturas regulatórias das TICs e aumentar a capacidade dos Estados Membros da UA enquanto atores ativos em espaços governança da internet em todo o mundo. Além disso, o PRIDA tem interferência direta na AfriSIG à medida que atua para fortalecer as estruturas e processos de governança da internet na África, através

da coordenação entre os NRIs africanos e apoio à sua realização. Vale comentar também que a AfriSIG tornou-se evento preparatório ao Fórum Africano de Governança da Internet em 2022 por orientação do PRIDA. Em 2022, toda a agenda da AfriSIG foi pensada com o objetivo de preparar os participantes para desenvolver uma contribuição multissetorial para uma sessão da ONU sobre segurança cibernética, a qual foi apresentada em Nova Iorque pelo Grupo de Especialistas em Segurança Cibernética da Comissão da União Africana. Isso demonstra claramente a influência da UA para definir a agenda da AfriSIG em torno de um dos grandes desafios do continente africano - a cibersegurança.

3.2 FÓRUM DE GOVERNANÇA DA INTERNET DA ÁFRICA

O AfIGF foi estabelecido em 2011 como um esforço da Comissão da União Africana e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África para promover a participação africana na governança global da Internet e fomentar atividades relacionadas ao assunto no continente africano. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que segue os mesmos princípios de participação multissetorial e eixos temáticos do IGF, o Fórum Africano tem objetivos específicos relacionados aos desafios de transformação digital do continente africano. Nesta subseção, analisamos a estrutura, os procedimentos organizacionais, os mecanismos de financiamento, a agenda e a composição setorial dos speakers do AfIGF em suas edições de 2020, 2021 e 2022. Buscamos entender o potencial de influência do Fórum nos debates africanos sobre governança da Internet, além de explorar de que forma organizações intergovernamentais influenciam sua estrutura e agenda.

O Fórum de Governança da Internet da África (da sigla em inglês AfIGF) é um fórum regional anual que reúne as partes interessadas da África para discutir questões de governança da Internet. O AfIGF foi estabelecido em 2011 como um esforço da Comissão da União Africana e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) para promover a participação africana na governança global da Internet e fomentar atividades relacionadas à Governança da Internet no continente africano. O evento foi formalmente lançado em Nairóbi, no Quênia, durante a realização do 6º IGF da ONU em 2011. Além disso, o Fórum Africano tem um Secretariado, responsável pela coordenação geral e apoio logístico e organizacional do evento. O Secretariado do AfIGF está sediado em Adis Abeba, Etiópia, na sede da UNECA. O papel do Secretariado do AfIGF é facilitar a organização das reuniões anuais do fórum, coordenar as atividades dos grupos de trabalho e apoiar a participação efetiva de todas as partes interessadas no processo de governança da internet na África. Além disso, o Secretariado trabalha em estreita colaboração com o Grupo Consultivo Multissetorial (da sigla em inglês MAG) do AfIGF, que é responsável por orientar e supervisionar as atividades do fórum (AFIGF, 2023).

A UNECA é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, criada em 1958 para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável na África. A UNECA trabalha em estreita colaboração com governos africanos, organizações regionais e internacionais e outras partes interessadas para fornecer análises e recomendações políticas, apoiar a formulação de políticas e programas de desenvolvimento e fornecer assistência técnica para ajudar os países africanos a enfrentar seus desafios de desenvolvimento. A organização é responsável por conduzir pesquisas, análises e estudos sobre questões econômicas e sociais na África, incluindo comércio, industrialização, governança, energia, desenvolvimento agrícola, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero e outros temas relevantes. A UNECA também trabalha para fortalecer a cooperação regional e a integração econômica na África, apoiando a harmonização de políticas e regulamentações, a criação de infraestrutura regional e a promoção do comércio intra-africano. A Comissão é liderada por um secretário-executivo e tem sede em Addis Ababa, na Etiópia. Além disso, é financiada pelos governos africanos, por meio de contribuições voluntárias, e também recebe financiamento de organizações internacionais e doadores bilaterais para implementar seus programas e projetos (UNECA, 2023).

Além da União Africana e UNECA, várias outras organizações atuam como apoiadoras e patrocinadoras do Fórum Africano. Entre elas, agências de cooperação internacional, organizações de pesquisa, organizações do setor privado, como provedores de serviços de internet, empresas de telecomunicações e empresas de tecnologia, e organizações da sociedade civil, como grupos de direitos digitais e organizações de defesa do consumidor. Entre os principais exemplos, estão a ICANN, a Associação para Comunicações Progressivas (APC), o Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas, o AFRINIC (registro regional da Internet para a África), a Internet Society, governos africanos, como o governo do Malawi, que sediou o AfIGF em 2022, e a Associação de Apoio ao Fórum de Governança da Internet da África (da sigla em inglês a IGFSA).

O AfIGF segue a mesma abordagem multissetorial do IGF para discutir questões relacionadas à Internet. O objetivo do AfIGF é permitir que todas as partes interessadas compartilhem informações, experiências e melhores práticas sobre questões de

governança da Internet e desenvolvam uma visão africana sobre o assunto. Ele busca ser um espaço de discussão inclusiva, multilateral, multissetorial e multilíngue de natureza não vinculante sobre questões relacionadas à governança da internet na África e é aberto a todas as partes interessadas, incluindo governos, setor privado, sociedade civil, academia e outras organizações relevantes. Além disso, o AfIGF promove a transparência de processos, comunicação, decisões e suas implementações (CALANDRO; GILLWALD; ZINGALES, 2013, pág 28).

De acordo com a Carta do AfIGF, além dos objetivos do IGF, o fórum africano busca aumentar a conscientização e capacitação dos stakeholders africanos para que possam contribuir em fóruns internacionais e regionais sobre Governança da Internet; assegurar que os interesses e demandas da África sejam bem formulados, compreendidos e levados em consideração no IGF e em outros fóruns regionais e internacionais; desenvolver planos de ação regionais coordenados; facilitar o intercâmbio internacional sobre questões pertinentes à Governança da Internet na África; promover o estabelecimento de IGFs nacionais e facilitar a participação dos países em IGFs regionais; promover o acesso à informação, o desenvolvimento de conteúdos e a utilização de línguas africanas no ciberespaço; e promover o uso das TICs e da Internet para acelerar o desenvolvimento socioeconômico do continente africano. A agenda do evento é organizada em torno de um tema anual e inclui sessões de discussão, painéis de especialistas, workshops e reuniões paralelas, bem como oportunidades de networking para os participantes (AFIGF, 2023).

O AfIGF é realizado anualmente em diferentes países, preferencialmente de forma rotativa entre as cinco sub-regiões africanas: África Oriental, Norte-Africano, África Austral, África Ocidental e África Central. Ele é organizado pelo Grupo Consultivo Multi-Stakeholder (da sigla em inglês MAG), um comitê composto por dez membros selecionados entre candidatos de todos os países africanos e com mandato de dois anos. O MAG é responsável por gerenciar o conteúdo do AfIGF, coordenar a preparação da reunião anual e revisar quaisquer propostas de emenda à Carta do AfIGF. Todas as edições do AfIGF são presididas pelo país anfitrião apoiado pelo Secretariado do fórum (sediado junto à Comissão da UA) e pelo Presidente do MAG. Além disso, também podem ocorrer eventos paralelos e pré-eventos no âmbito do

AfIGF anual, como a Cúpula da Juventude do AfIGF (do inglês AfIGF Youth Summit) e a própria AfriSIG, como já mencionado acima.

Nos três anos analisados, a sociedade civil foi o setor com maior representação entre os speakers do AfIGF. No entanto, diferentemente da AfriSIG, nunca tivemos um setor predominante, ou seja, com mais de 50% dos speakers no período. Conforme dados analisados pela autora, 26% dos speakers do fórum representavam a sociedade civil em 2020, 43% em 2021 e 35% em 2022. Entre as organizações recorrentes ao longo do anos, estavam a Research ICT Africa, a Associação para Comunicações Progressivas e a Internet & Jurisdiction Policy Network, que também tiveram forte presença na AfriSIG e já foram mencionadas no subcapítulo anterior. Além destas, destaca-se a atuação da KICTANet, AccesNow e CIPESA.

A KICTANet (do inglês Kenya ICT Action Network) é uma rede de reflexão multissetorial para a formulação de políticas de tecnologia da informação e comunicação no Quênia. Fundada em 2003, a KICTANet tem como objetivo promover a compreensão, a discussão e a colaboração em questões relacionadas às políticas de TIC no Quênia e na África Oriental em geral. A KICTANet é composta por membros individuais e organizações que incluem acadêmicos, profissionais de TIC e organizações da sociedade civil, setor privado e órgãos governamentais. A rede atua nos quatro pilares de advocacy político, capacitação, pesquisa e engajamento das partes interessadas, monitorando o progresso dos processos de desenvolvimento de políticas, realizando treinamentos, pesquisas e análises sobre o setor de TICs no Quênia e na região da África Oriental, e promovendo fóruns de discussão sobre questões políticas das TICs. De acordo com Marília Maciel (2020, pág 14), dentre as principais áreas de interesse da KICTANet estão a governança da internet, a segurança cibernética, a privacidade de dados, a inclusão digital, a regulamentação de TIC e o acesso à banda larga. A KICTANet é uma das principais vozes da sociedade civil em questões de políticas de TICs no Quênia e desempenha um papel importante na formulação de políticas de TICs no país (KICTANET, 2023).

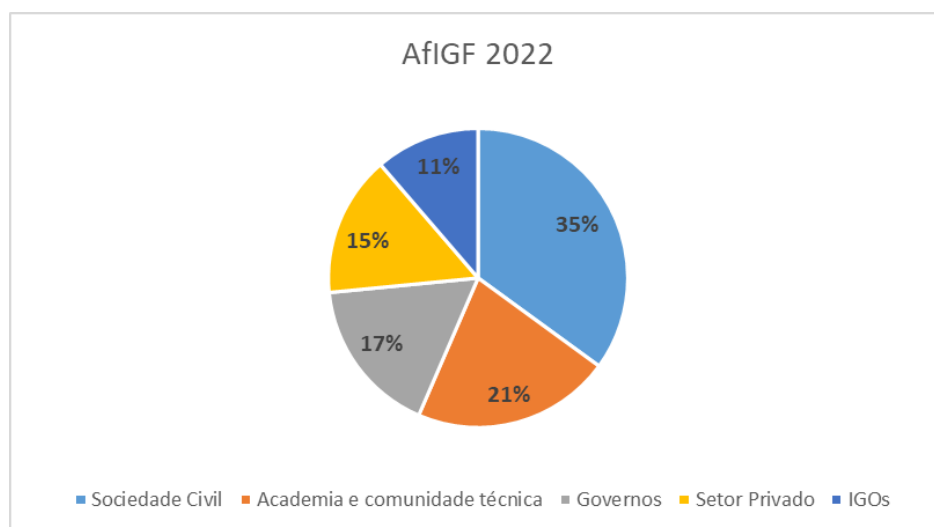
O Access Now é uma organização sem fins lucrativos que atua globalmente na defesa e promoção dos direitos humanos na era digital. A organização trabalha para proteger e ampliar o acesso à internet e à tecnologia, bem como para defender a

liberdade de expressão, privacidade e segurança online. Na África, o Access Now atua em diversas frentes, incluindo a promoção do acesso à Internet, direitos digitais, políticas e regulação e educação. A organização trabalha para garantir que a internet esteja disponível e acessível a todos, independentemente de sua localização geográfica ou status socioeconômico. Para isso, colabora com governos, empresas de telecomunicações e outros parceiros para criar políticas e práticas que permitam um acesso aberto e justo à internet. O Access Now também trabalha para proteger e promover os direitos digitais na África, incluindo a liberdade de expressão, privacidade e segurança online. Para isso, fornece orientação e suporte para indivíduos e organizações que enfrentam ameaças à sua segurança digital, bem como pressionam governos e outras partes interessadas a respeitar e proteger esses direitos. Quando falamos de políticas e regulação, a organização trabalha para garantir que as leis e políticas que regem a tecnologia e a internet na África estejam alinhadas com os padrões internacionais de direitos humanos. Ela pressiona os governos e outras partes interessadas a implementarem políticas justas e transparentes relacionadas à tecnologia e à internet. Por fim, o Access Now oferece programas de educação e treinamento para indivíduos e organizações da África para ajudá-los a navegar no ambiente digital e a proteger seus direitos digitais. A rede também trabalha para aumentar a conscientização sobre questões relacionadas à tecnologia e à internet, incluindo a privacidade online, segurança cibernética e acesso à internet (ACCESS NOW, 2023).

A CIPESA, sigla em inglês para Colaboração em Política Internacional de TICs para a África Oriental, é uma organização sem fins lucrativos com sede em Kampala, Uganda, que trabalha para promover políticas de TICs justas e inclusivas na região da África Oriental e Austral. A organização foi fundada em 2004 e trabalha em estreita colaboração com governos, setor privado, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para promover o acesso equitativo e a utilização das TICs na região. A CIPESA atua através de quatro pilares: advocacy, pesquisa, capacitação e engajamento público. O primeiro pilar refere-se à defesa de políticas públicas que promovam o acesso equitativo à internet e a utilização das TICs na região. A organização monitora e analisa as políticas de TICs em vigor e trabalha com os

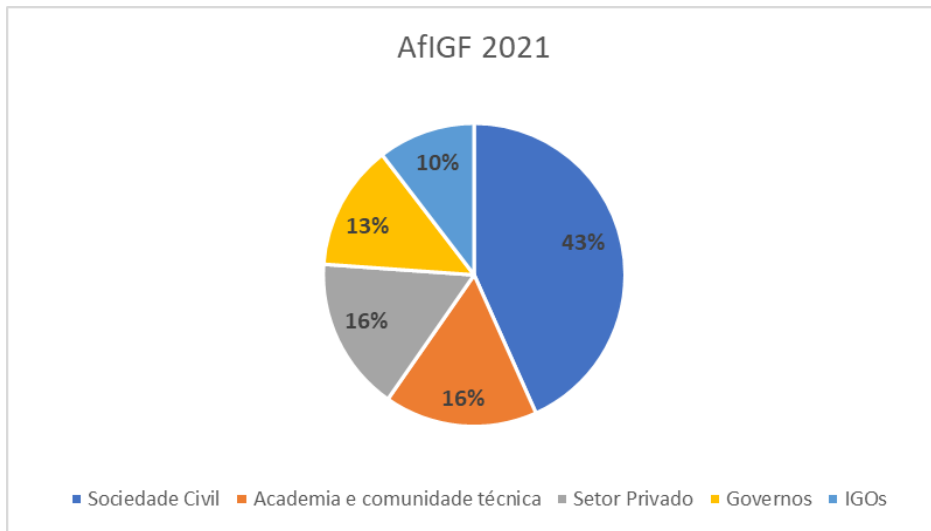
governos e outras partes interessadas para desenvolver políticas mais inclusivas e justas. Além disso, a CIPESA realiza pesquisas para avaliar o estado atual das TICs na região e identificar áreas onde melhorias são necessárias, além de analisar as tendências globais em TICs e como elas afetam a região. O pilar de capacitação diz respeito a treinamentos e capacitações sobre o uso das TICs oferecidos pela rede a indivíduos e outras organizações na região. Isso inclui treinamento em habilidades digitais básicas, segurança cibernética e privacidade online. Por fim, a CIPESA trabalha para aumentar a conscientização e o engajamento público em questões relacionadas às TICs na região. Ela realiza campanhas de sensibilização e eventos públicos para promover a discussão e a conscientização sobre questões importantes relacionadas às TICs (CIPESA, 2023). Nos gráficos a seguir, é possível visualizar a composição setorial dos speakers do AfIGF em 2020, 2021 e 2022.

Gráfico 8 - Composição setorial dos speakers do AfIGF 2022



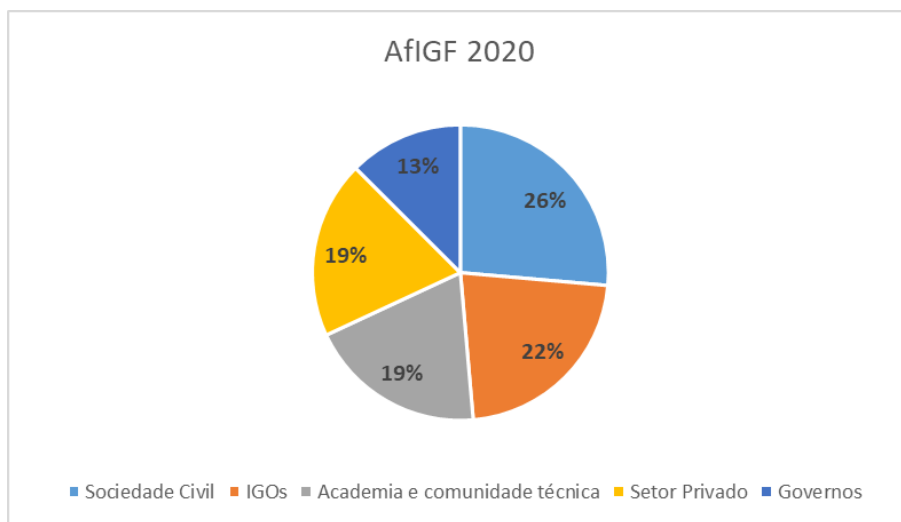
Fonte: elaborado pela autora com dados de AfIGF (2022).

Gráfico 9 - Composição setorial dos speakers do AfIGF 2021



Fonte: elaborado pela autora com dados de AFIGF (2021).

Gráfico 10 - Composição setorial dos speakers do AfIGF 2020



Fonte: elaborado pela autora com dados de AFIGF (2020).

Os gráficos acima revelam um padrão bastante diferente da AfriSIG. Primeiramente, o número de membros do corpo docente da Escola costuma ser significativamente menor que o número de speakers do Fórum Africano. Além disso, embora a sociedade civil seja o setor mais representado nas três edições de ambos os eventos, os demais setores se comportam de forma distinta na AfriSIG e no AFIGF. Na

AfriSIG, temos a participação do setor privado apenas em 2021, quando ele representa meros 3% do corpo docente. No AfIGF, por outro lado, o setor privado está presente em todos os anos, representando, respectivamente, 15%, 16% e 19% dos speakers em 2022, 2021 e 2020. Já as Organizações Intergovernamentais eram o segundo setor mais representado em 2020, caindo para o último nos anos seguintes. As principais IGOs presentes entre os speakers do AfIGF ao longo desses anos foram a União Africana, UNECA, UNESCO e UIT, além de outras organizações da ONU. Isso também demonstra um padrão diferente do que vimos no subcapítulo anterior com a AfriSIG, que teve a participação de apenas duas organizações em seu corpo docente, a UA e a UNECA.

Em 2022, o Fórum Africano teve a presença de vinte e um representantes de organizações intergovernamentais. Entre eles, destacam-se Amani Abou-Zeid, Margaret Nyambura Ndung'u, Kamugisha Kazaura e Towela Nyirenda, da União Africana; Anja Gengo e Chengetai Masango, do Secretariado do IGF na ONU; Jean-Paul Adam e Mactar Seck, da UNECA; e Anne-Rachel Inné, da União Internacional de Telecomunicações. Amani Abou-Zeid é uma política e diplomata egípcia que atualmente atua como Comissária de Infraestrutura e Energia da União Africana. Ela foi eleita para o cargo em janeiro de 2017 e tornou-se a primeira mulher a liderar o departamento de infraestrutura e energia da UA. Abou-Zeid é frequentemente eleita uma das mulheres mais influentes da África. Antes de se juntar à UA, Abou-Zeid ocupou vários cargos de liderança em organizações internacionais e empresas privadas. Ela trabalhou no Banco Africano de Desenvolvimento como Diretora Executiva para a Região do Norte da África e também liderou a equipe de transporte e logística da empresa de consultoria McKinsey no Oriente Médio e na África. Como Comissária da UA, Abou-Zeid lidera os esforços para desenvolver a infraestrutura e promover a integração econômica em todo o continente africano, e lançou a Primeira Estratégia Africana de Transformação Digital. Ela tem sido uma grande defensora da construção de infraestrutura de transporte e energia conectando os países africanos entre si e com o resto do mundo, bem como de questões de cibersegurança e proteção de dados. Também vale comentar que, além da participação no AfIGF, Abou-Zeid

integrou uma sessão de alto nível do IGF 2022 sobre conectividade universal, acessível e de qualidade na África (UA, 2023).

Kamugisha Kazaura, Diretor de Infraestrutura e Energia da Comissão da União Africana. Como diretor de Infraestrutura e Energia, Kazaura é responsável por supervisionar e coordenar o desenvolvimento e implementação de políticas e programas de infraestrutura e energia no continente. Ele tem vasta experiência em desenvolvimento e gerenciamento de infraestrutura, tendo trabalhado em vários cargos de liderança nos setores público e privado. Antes de ingressar na AUC, Kazaura atuou como Diretor Administrativo da TANESCO, concessionária de energia estatal da Tanzânia. Ele também trabalhou como consultor para organizações internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Towela Nyirenda é a atual chefe da Divisão de Integração Econômica da Comissão da União Africana. Nessa função, ela é responsável por supervisionar e coordenar o desenvolvimento e implementação de políticas de integração econômica na África. Nyirenda é uma economista zambiana com mais de 20 anos de experiência em políticas e estratégias de desenvolvimento econômico. Antes de ingressar na União Africana, Towela Nyirenda atuou como Chefe de Divisão para Integração Regional e Infraestrutura na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Ela também ocupou vários outros cargos em agências governamentais e organizações internacionais, como o Ministério das Finanças da Zâmbia, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da África Austral, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a UNECA (UA, 2023). Além disso, Nyirenda iniciou o programa de Governança da Internet do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), que é uma das principais iniciativas da UA para o desenvolvimento socioeconômico e político do continente. Ela representa o NEPAD no Conselho Consultivo Governamental da ICANN, ajudou a criar o Fórum de Governança da Internet da África Austral e co-fundou a AfriSIG. Nyirenda também atuou no Grupo Consultivo de Múltiplas Partes Interessadas do IGF em 2014 e 2015, sendo uma grande defensora de uma maior conscientização entre os formuladores de políticas

africanos sobre a importância de processos bem definidos de governança da internet a nível nacional e continental.

Anja Gengo é uma especialista em políticas de internet que atualmente trabalha no secretariado do IGF da ONU. Como membro do secretariado do IGF, Gengo está envolvida na organização e coordenação das atividades do fórum, bem como na preparação de relatórios e documentos relacionados às discussões e debates realizados no âmbito do IGF. Ela tem experiência em questões de governança da internet, incluindo cibersegurança, liberdade de expressão online, privacidade, direitos humanos na era digital e inclusão digital. Antes de ingressar no IGF, Gengo trabalhou em organizações sem fins lucrativos que promovem a governança da internet e os direitos digitais, incluindo a Associação para Comunicações Progressivas (APC) e a Fundação Open Society (IGF, 2023).

Jean-Paul Adam foi o único representante de uma organização intergovernamental a participar das três edições do AfIGF analisadas. Ele é um economista e político seychellense que atualmente atua como Diretor Executivo Adjunto e Chefe da UNECA. Na UNECA, ele lidera esforços para promover o desenvolvimento econômico e social na África por meio de pesquisas, análises e recomendações de políticas. Antes de ingressar na Comissão Africana em 2016, Adam ocupou vários cargos de alto nível em seu país natal, Seychelles, incluindo Ministro das Relações Exteriores, Ministro das Finanças, Planejamento e Comércio Internacional e Ministro do Meio Ambiente e Energia. Ele também atuou como Deputado do Parlamento de Seychelles e Presidente da Assembleia Nacional. Adam é um defensor da integração econômica regional na África e tem trabalhado para promover a colaboração entre os países africanos em áreas como comércio, infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Ele tem um forte histórico em políticas públicas e é reconhecido por seu trabalho na promoção da igualdade de gênero, combate à pobreza e proteção ambiental (UNECA, 2023).

Mactar Seck atua como Diretor do Escritório de Integração Regional e Comércio da UNECA, liderando os esforços da organização para promover a integração econômica e comercial na África. Antes de ingressar na UNECA, Seck ocupou vários cargos importantes em organizações internacionais, incluindo o Banco Africano de

Desenvolvimento e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele também trabalhou como consultor de várias organizações, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia. Seck tem ampla experiência em políticas econômicas, incluindo comércio internacional, integração regional, macroeconomia e desenvolvimento sustentável. Ele é autor de vários artigos e publicações sobre economia e políticas de desenvolvimento na África e tem sido um forte defensor da integração econômica e comercial na África, trabalhando para promover políticas que incentivem o comércio entre os países africanos e o resto do mundo (UNECA, 2023). Nos gráficos abaixo, é possível ver o número de representantes de diferentes organizações intergovernamentais como speakers do AfIGF durante o período analisado.

Anne-Rachel Inné é uma especialista em tecnologia e comunicação de origem haitiana que atua como Diretora de Comunicação e Informação da União Internacional de Telecomunicações (UIT). A UIT é uma agência especializada das Nações Unidas responsável por promover a cooperação internacional em questões de telecomunicações e TICs. Antes de ingressar na UIT, Anne-Rachel Inné trabalhou em várias organizações internacionais e empresas do setor privado, incluindo a Agência Internacional de Energia Atômica, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Microsoft. Ela também fundou e dirigiu a Global Business Coalition for Education, uma organização sem fins lucrativos que trabalha para melhorar a educação em todo o mundo. Na UIT, Anne-Rachel Inné lidera as iniciativas de comunicação e informação da organização, trabalhando para aumentar a conscientização sobre questões relacionadas às TIC e para promover a cooperação internacional na área de telecomunicações. Ela também tem sido uma forte defensora da inclusão digital, promovendo a igualdade de acesso às TIC e trabalhando para reduzir a desigualdade digital entre países e comunidades (UIT, 2023).

Em 2021, o Fórum de Governança da Internet da África contou com a presença de sete representantes de organizações intergovernamentais. Dentre eles, estavam Anja Gengo, do Secretariado do IGF na ONU; Margaret Nyamburu Ndung'u, da UA; Jean-Paul Adam, da UNECA; e Dorothy Gordon, representando a UNESCO. Dorothy Gordon é uma especialista em TICs e ativista de Gana, na África Ocidental. Ela foi

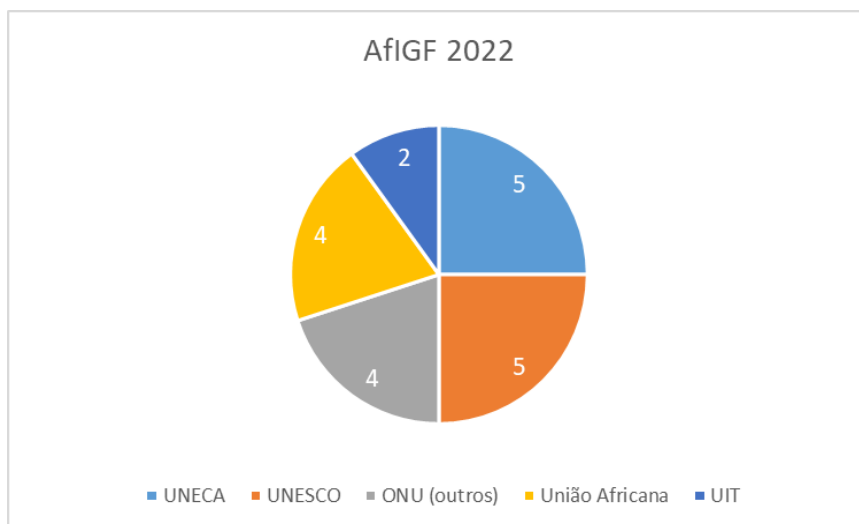
diretora geral da Comissão Nacional de Informação e Tecnologia da Informação de Gana e também atuou como diretora de tecnologia da informação e comunicação da UNESCO. Enquanto esteve na UNESCO, Dorothy Gordon liderou iniciativas para promover o acesso e uso das TICs em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento. Ela advoga pela criação de ecossistemas de inovação e tecnologia em África e tem trabalhado para aumentar a conscientização sobre a importância do desenvolvimento da tecnologia e inovação para o progresso econômico e social. Gordon tem recebido vários prêmios em reconhecimento ao seu trabalho, incluindo o Prêmio Mundial de Inovação em Educação concedido pela UNESCO em 2011 (UNESCO, 2023).

Em 2020, o AfIGF teve dezesseis membros de organizações intergovernamentais como speakers. Entre eles, Adil Suleiman, Nnenna Ajufo e Sherif Hashem, da União Africana; Mactar Seck e Jean Paul Adam, da UNECA; e Dorothy Gordon, da UNESCO. Nnenna Ajufo é a atual Vice Presidente do Grupo de Especialistas em Segurança Cibernética da União Africana. Como vice-presidente do grupo, ela trabalha com outros especialistas em segurança cibernética para desenvolver políticas e estratégias para proteger a infraestrutura de TICs na África e melhorar a segurança cibernética em todo o continente. Ajufo tem mais de 20 anos de experiência em tecnologia da informação e segurança cibernética, e já atuou em vários cargos em organizações governamentais e privadas na África, Europa e América do Norte. Ela também é a fundadora e CEO de uma fintech que ajuda as empresas africanas a acessar financiamento.

Dr. Sherif Hashem é um renomado especialista no continente africano e reconhecido internacionalmente no campo de Tecnologia da Informação e segurança cibernética. Ele é membro do Grupo de Especialistas em Segurança Cibernética da União Africana e presidente do Conselho Executivo do Conselho Supremo de Cibersegurança do Egito, ocupando uma posição estratégica de liderança de esforços nacionais para aprimorar a segurança cibernética no país. Além de ser um membro do Grupo de Especialistas em Cibersegurança da União Africana, o Dr. Hashem também é membro de vários outros grupos e comitês relacionados à cibersegurança, incluindo o Conselho Consultivo do Centro Regional de Cibersegurança Árabe. Hashem tem vários

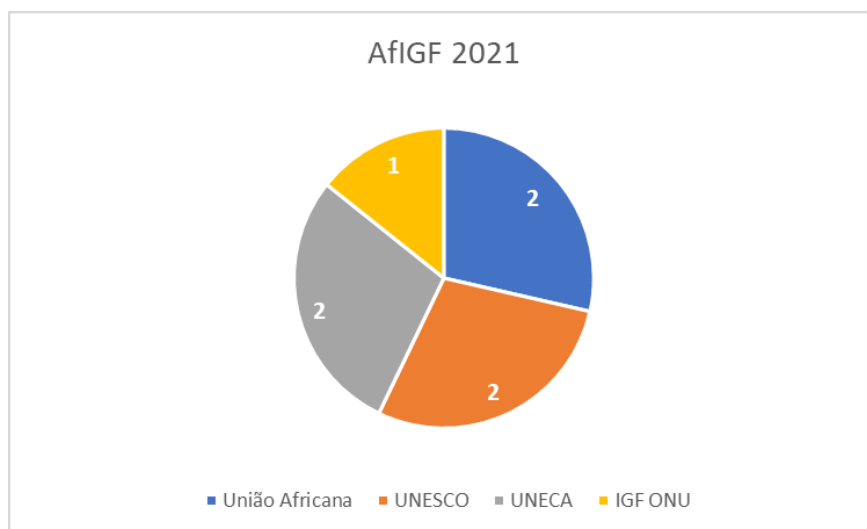
anos de experiência em posições de liderança no setor bancário, empresas de tecnologia e consultoria e é amplamente citado em revistas especializadas em cibersegurança e TI (UIT, 2023). Nos gráficos abaixo, é possível ver o número de membros de organizações intergovernamentais que participaram como speakers do AfIGF durante o período analisado.

Gráfico 11 - Organizações intergovernamentais entre os speakers do AfIGF 2022



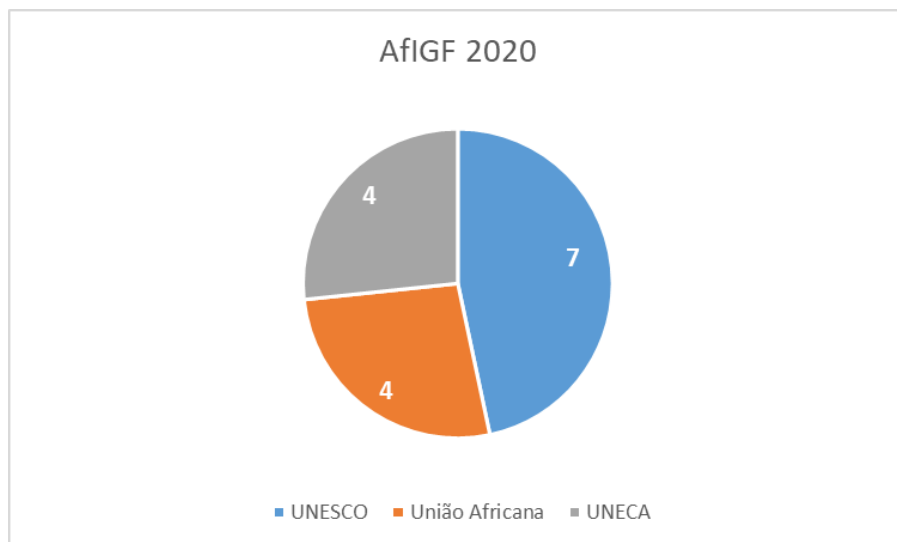
Fonte: elaborado pela autora com dados de AfIGF (2022).

Gráfico 12 - Organizações intergovernamentais entre os speakers do AfIGF 2021



Fonte: elaborado pela autora com dados de AfIGF (2021).

Gráfico 13 - Organizações intergovernamentais entre os speakers do AfIGF 2020



Fonte: elaborado pela autora com dados de AfIGF (2020).

Em 2020, o AfIGF seguiu a temática principal de “Desbloquear as oportunidades digitais na África durante e após a COVID-19”, à medida que o continente enfrentava o primeiro ano da pandemia de COVID-19. As sessões tiveram um grande foco em questões de Direitos Humanos e Desenvolvimento Econômico e foram divididas em cinco eixos temáticos: dados, economia, inclusão, políticas e confiança online. Além disso, o Fórum foi precedido por dois outros NRIs: a AfriSIG, realizada no dia 23, e a Cúpula da Juventude do AfIGF (do inglês, AfIGF Youth Summit), no dia 24. A AfriSIG desempenha, portanto, uma função de evento preparatório ao AfIGF, à medida que prepara membros de diversos governos africanos, sociedade civil, empresas, comunidade técnica, mídia e outros grupos de partes interessadas para o Fórum Africano. Além disso, essa coordenação entre o calendário de diferentes NRIs é fruto do trabalho do PRIDA, conforme descrito no subcapítulo anterior. Dessa forma, a União Africana busca assegurar que as diversas questões de governança da internet do continente africano sejam discutidas primeiramente a nível local, depois regional e finalmente global, estabelecendo um processo de baixo para cima (do local para o

global) que finalmente leva as especificidades locais da África para debate no IGF da ONU.

O 10º Fórum Africano de Governança da Internet, sob o tema “Avançar a transformação digital na África frente à crise”, foi realizado de 22 a 24 de novembro de 2021, à medida que o continente continuava respondendo à crise global do COVID-19. As sessões temáticas mantiveram o foco em Direitos Humanos e Desenvolvimento Econômico e estavam alinhadas com as áreas prioritárias da Estratégia de Transformação Digital para a África 2020-2030. A Estratégia tem como objetivo utilizar tecnologias digitais e a inovação para promover a criação de empregos, reduzir a desigualdade digital e erradicar a pobreza no continente africano. Além disso, foi criada pela comissária da UA Amani Abu-Zei, já mencionada anteriormente como speaker do AfIGF, o que demonstra a forte correlação entre o Fórum, sua agenda e speakers com a agenda da própria União Africana.

Em 2022, o AfIGF foi organizado pelo Governo do Malawi sob o tema de “Inclusão Digital e Confiança Online na África”. Seguindo um modelo de participação híbrida, a agenda incluiu mais de 52 sessões, entre mesas redondas, painéis de discussão e sessões abertas, agrupadas em torno de quatro eixos temáticos: (1) Acesso barato e de qualidade; (2) Cibersegurança, privacidade e proteção de dados pessoais; (3) Habilidades digitais e desenvolvimento da capacidade humana; e (4) Infraestrutura digital. Questões relacionadas a Direitos Humanos mantiveram-se mais uma vez como o tema predominante. No entanto, a cibersegurança cresceu bastante em detrimento de Desenvolvimento Econômico. Além disso, foram realizados dois pré-eventos: a décima edição da AfriSIG, de 16 a 18 de julho; a Cúpula da Juventude do AfIGF (do inglês, AfIGF Youth Summit), no dia 18; e um Simpósio Parlamentar de Alto Nível, de 18 a 19 de julho. Participaram 900 delegados presencialmente e mais de 600 delegados de forma remota, entre especialistas e líderes de governos, sociedade civil, setor privado, comunidade técnica, organizações intergovernamentais e internacionais.

Além disso, os conteúdos abordados ao longo desses três anos de AfIGF tiveram uma forte relação com a Agenda 2063 da União Africana. De acordo com a União Africana (2015), a Agenda 2063 é um plano estratégico de longo prazo da UA

que visa promover o desenvolvimento econômico e social da África nos próximos 50 anos. A Agenda 2063 foi adotada pela UA em 2013 e é uma visão compartilhada pelos 55 Estados-membros da organização. O documento estabelece objetivos, metas e estratégias em várias áreas prioritárias, incluindo a erradicação da pobreza, o desenvolvimento de infraestrutura, o fortalecimento da governança, a promoção da paz e segurança, a integração regional, o desenvolvimento de recursos humanos, a promoção da ciência, tecnologia e inovação, e a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. O objetivo geral da Agenda 2063 é transformar a África em um continente próspero, pacífico, integrado, unido e culturalmente vibrante. A Agenda 2063 é baseada em consultas amplas com as partes interessadas, incluindo líderes políticos, organizações da sociedade civil, setor privado, academia, jovens e mulheres. Para implementar a Agenda 2063, a UA desenvolveu um quadro de implementação de 10 anos chamado de Plano de Ação da União Africana para a Agenda 2063. O Plano de Ação estabelece prioridades e metas específicas para cada uma das áreas prioritárias da Agenda 2063 e define as ações que devem ser realizadas pelos Estados-membros da UA, bem como por outras partes interessadas, para alcançar os objetivos estabelecidos na Agenda 2063. Essas ações estão divididas em 15 projetos chave, considerados essenciais para alcançar os objetivos da Agenda.

Dentre esses projetos, três relacionam-se diretamente com a agenda do AfIGF: a Pan-African e-Network, a e-Universidade Virtual Africana e o pilar de Cibersegurança. A Pan-African e-Network é o décimo projeto da Agenda 2063 e trata-se de uma rede de telecomunicações e tecnologia da informação que visa melhorar o acesso a serviços de saúde, educação e governo eletrônico em toda a África, por meio da interconexão de centros médicos, escolas e governos em toda a região. A PAeN foi lançada em 2007, em colaboração com a Índia, e é uma das principais iniciativas de TICs da União Africana. A PAeN busca melhorar a infra-estrutura terrestre de banda larga entre os países africanos, oferecendo uma ampla gama de serviços, incluindo telemedicina, educação à distância, videoconferência e acesso a recursos educacionais digitais. A rede também fornece acesso à informação e serviços de governo eletrônico em toda a África, permitindo que os cidadãos interajam com seus governos de forma mais eficiente e transparente. Com isso, a PAeN busca fornecer acesso a serviços críticos,

independentemente do local de residência ou da infraestrutura disponível, contribuindo para transformar a África em um continente digitalmente conectado e capacitado (UNIÃO AFRICANA, 2015, pág 15). Em 2020, o AfIGF contou com a presença de Adil Sulieman como speaker, um dos líderes da Pan African e-Network. Sulieman também foi membro do corpo docente da AfriSIG em 2022. Além disso, muitas sessões discutiram os desafios e potenciais da PAeN, bem como temas relacionados, como infraestrutura, cooperação digital, segurança de produtos e serviços digitais, governos digitais, inclusão digital e o potencial das TICs em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Outro projeto relacionado à agenda do AfIGF é a e-Universidade Virtual Africana. A e-Universidade Virtual Africana (e-UVA) compõe o décimo segundo projeto da Agenda 2063 e busca melhorar o acesso à educação superior na África por meio das TICs, estando alinhada com várias questões debatidas no fórum africano, como inclusão digital, desenvolvimento de capacidade humana para a transformação digital, educação em tempos de pandemia e qualidade do acesso. A e-UVA foi lançada em 2009 como um projeto piloto e tornou-se uma instituição autônoma em 2014. A iniciativa utiliza uma plataforma online que permite que os estudantes acessem cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas de estudo, incluindo ciências da saúde, tecnologia da informação, administração de empresas, direito, educação e ciências sociais. Os cursos são oferecidos em inglês, francês e português, com instrutores de várias instituições de ensino superior de toda a África. A e-UVA trabalha em parceria com universidades em toda a África para oferecer cursos credenciados e de alta qualidade, utilizando recursos educacionais abertos e tecnologias inovadoras, como videoconferência, fóruns de discussão e materiais educacionais digitais. Os alunos podem acessar os cursos de qualquer lugar com acesso à Internet e podem interagir com outros alunos e instrutores por meio da plataforma online. A e-UVA tem como objetivo melhorar a qualidade e a acessibilidade da educação superior na África, além de promover a colaboração e a troca de conhecimentos entre universidades em toda a região. A iniciativa é vista como uma maneira importante de reduzir a lacuna de habilidades na região e fornecer oportunidades educacionais para uma população jovem e crescente em toda a África (OLIVEIRA; OTÁVIO, 2022, pág 225 e 226).

Por fim, vale mencionar o pilar de cibersegurança da Agenda 2063, que relaciona-se diretamente com um dos eixos temáticos do AfIGF 2022 - Cibersegurança, privacidade e proteção de dados pessoais. A UA reconhece que a segurança cibernética é essencial para garantir a privacidade dos dados pessoais, proteger os sistemas de informação e comunicação. Nesse sentido, o pilar de cibersegurança da Agenda 2063 é uma iniciativa que visa promover a segurança cibernética na África, através do desenvolvimento de capacidade dos países africanos em proteger seus sistemas de informação e comunicação contra ameaças cibernéticas, promoção da colaboração regional e internacional, e promoção da conscientização sobre o assunto na região. A iniciativa inclui medidas para melhorar a legislação e a regulamentação da segurança cibernética em toda a África, desenvolver uma estrutura de governança de segurança cibernética para a região, criar centros de resposta a incidentes de segurança cibernética e promover a colaboração entre as partes interessadas, incluindo o setor público e privado, organizações internacionais e a sociedade civil (UA, 2023).

O pilar de cibersegurança da Agenda 2063 é visto como um meio importante para garantir a segurança cibernética na África e para promover a confiança na economia digital em toda a região. Ele é considerado um passo significativo para garantir que a África esteja preparada para enfrentar os desafios emergentes na era digital e possa se beneficiar plenamente das oportunidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação. Também vale comentar que o pilar de Segurança Cibernética da Agenda 2063 é guiado pela Convenção da União Africana sobre Segurança Cibernética e Proteção de Dados Pessoais, a qual teve grande influência do Grupo de Especialistas em Segurança Cibernética da União Africana (AUCSEG) durante sua construção. Tivemos vários membros importantes do AUCSEG entre os speakers do AfIGF nas edições analisadas, como Nnenna Ajufo, vice-presidente do grupo, e Adil Sulieman em 2020, e Abdul-Hakeem Ajijola, presidente do AUCSEG, em 2022. Além disso, Ajijola é o primeiro da lista da IFSEC 2020 (uma das principais feiras e conferências do setor de segurança global) de profissionais influenciadores e thought leaders sobre segurança cibernética global (IFSEC, 2020). A agenda de cibersegurança da União Africana tem sido frequentemente mencionada em

sessões não só do AfIGF, mas também da AfriSIG, incluindo discussões sobre desenvolvimento econômico, economia digital, proteção e privacidade de dados, inovação e empreendedorismo, regulação e construção de confiança em serviços digitais.

Por fim, vale comentar sobre o Open Forum da União Africana, que é realizado anualmente desde 2019 como uma sessão do IGF. A sessão é organizada por representantes da UA e UNECA, e tem como propósito apresentar e discutir os avanços em termos de estruturas e processos de governança da internet na África. Nesse sentido, a UA e a UNECA se posicionam perante à comunidade global do IGF como grandes orquestradores das atividades de governança da internet no continente africano. A audiência do fórum é composta majoritariamente por grupos interessados nos fóruns e iniciativas de governança da internet da África, incluindo representantes de governos, setor privado, academia, comunidade técnica, sociedade civil, ministros, parlamentares, mídia, organizações regionais e internacionais.

Em 2020, o Open Forum fez um apanhado sobre os esforços da União Africana para assegurar a continuidade do AfIGF, lançado em 2011, e a criação de novos IGFs nacionais. Os painelistas mencionam a declaração de Cartum, por exemplo, que determinou a criação de novos IGFs e o fortalecimento dos fóruns existentes em todos os níveis (nacional e regional) do continente, ao mesmo tempo em que reforçou a importância geopolítica e estratégica do processo. Isso motivou a criação da Declaração sobre Governança da Internet e a Economia Digital Africana, adotada pelos chefes de Estado da União Africana em 2018. Esta declaração é vista como um meio de fortalecer os processos de governança da internet na África e garantir o envolvimento da UA em processos de governança da internet globalmente. Além disso, o Open Forum apresentou algumas iniciativas do PRIDA para promover o empoderamento feminino em espaços de governança da internet na África, bem como os planos do PRIDA para coordenar as agendas dos NRIs africanos (seguindo uma ordem cronológica que começa pelo nível nacional, depois regional e continental), como forma de simplificar os processos de governança da internet no continente. Também foram discutidos pontos positivos e negativos do AfIGF 2019, como a necessidade de contratar intérpretes de inglês e francês nas próximas edições,

aumentar a participação feminina e manter o padrão de participação de jovens e capacitar formuladores de políticas, diplomatas e legisladores para que possam participar plenamente dos processos de governança de internet, entender as questões políticas debatidas e dessa forma atuar em prol de boas leis e políticas públicas (IGF, 2020).

Em 2021, o Open Forum discutiu algumas iniciativas da UA para promover a inclusão digital, especialmente em relação a capacity-building; para o desenvolvimento de boas políticas de dados entre os Estados-membro; para a promoção da cibersegurança e cooperação digital na África; além da Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030. Os painelistas também apresentaram os esforços do PRIDA para apoiar nove países na criação de suas primeiras escolas de governança da internet (Botswana, Essuatíni, Madagáscar, Marrocos, Libéria, Cabo Verde, Egito, Mauritânia e Camarões) e cinco países na realização de seus primeiros IGFs (Botswana, Essuatíni, Madagáscar, Libéria e Cabo Verde). Além disso, o PRIDA reforçou que a diversidade de gênero foi um critério chave no recrutamento dos participantes para as recém criadas escolas de governança da internet (IGF, 2021). Em 2022, o painel apresentou uma visão geral da AfriSIG, do AfIGF e do IGF africano para jovens, considerados pela UA como os principais NRIs do continente. Como de costume, a sessão foi aberta a comentários e feedbacks dos participantes sobre pontos positivos e de melhoria para esses três eventos. Os organizadores e painelistas do Open Forum têm sido praticamente os mesmos ao longo dos anos, destacando-se Adil Sulieman e Margaret Nyambura Ndung'u, da União Africana, Mary Oduma, chefe do Conselho Consultivo Multissetorial do AfIGF, e Mactar Seck, da UNECA, todos participantes recorrentes da AfriSIG e AfIGF. Fica claro, portanto, que a União Africana e a UNECA, principais organizações intergovernamentais da África, são as grandes organizadoras por trás dos NRIs africanos, influenciado diretamente em sua estrutura e agendas.

Conforme apresentamos neste subcapítulo, o Fórum de Governança da Internet da África tem um padrão de composição setorial de seus speakers bastante diferente da composição setorial do corpo docente da Escola de Governança da África. Embora a sociedade civil seja o setor com maior representação nas três edições de ambos os

eventos, os demais setores se comportam de forma distinta. A AfriSIG é notoriamente menos diversa do que o AfIGF. Em 2022 e 2021, quase 90% do corpo docente da Escola era composto por dois únicos setores: sociedade civil e academia e comunidade técnica. Em 2020, 100% do corpo docente da AfriSIG foi composto por dois setores: sociedade civil e organizações intergovernamentais. O AfIGF, por outro lado, apresenta proporções mais parecidas entre os diversos setores que compuseram a lista de speakers ao longo dos anos. Primeiramente, vale destacar que, nos três anos analisados, o evento contou com a participação de todos os cinco setores (sociedade civil, academia e comunidade técnica, governos, setor privado e organizações intergovernamentais), sem exceção. Além disso, o setor menor representado teve 10% da participação total, ou seja, ainda assim não é um número irrisório. Quando olhamos o setor de organizações intergovernamentais em específico, o AfIGF também apresenta uma composição mais diversa. Enquanto a AfriSIG teve a participação de apenas duas organizações, União Africana e ONU, o Fórum Africano contou com, além destas já citadas, UNESCO, UIT e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Consequentemente, também houveram mais representantes dessas organizações no AfIGF do que na AfriSIG. Apesar dessas diferenças, fica claro que os dois eventos têm uma forte influência das organizações intergovernamentais africanas em sua estrutura e agenda. Em primeiro lugar, é importante lembrar que o AfIGF foi criado e é organizado até hoje pela UA e UNECA. Além disso, os dois eventos contam com a participação de representantes da UA e UNECA envolvidos em projetos e políticas chave para a transformação digital da África, como o PRIDA e a Agenda 2063. Muitas dessas pessoas, inclusive, repetem-se entre os dois eventos. Por fim, o Open Forum da União Africana, realizado anualmente no IGF da ONU desde 2019, deixa claro a relação entre essas duas organizações e os NRIs da África em geral, à medida que ambas se posicionam perante à comunidade global do IGF como as grandes coordenadoras das atividades de governança da internet no continente africano.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou entender como os debates sobre a governança da internet no continente africano articulam a reflexão sobre os desafios do modelo de governança baseado no conceito de multissetorialismo com os desafios sociais e econômicos da transformação digital. Especificamente, exploramos a realidade do continente africano, que apresenta os maiores desafios de transformação digital do planeta. Apresentamos o conceito de processos multissetoriais e discutimos os principais casos de multissetorialismo sob o escopo das Nações Unidas desde seu surgimento até a atualidade, incluindo iniciativas sobre desenvolvimento sustentável, Direitos Humanos, justiça social, direitos trabalhistas, mudanças climáticas, saúde global e segurança alimentar. Na sequência, abordamos os conceitos de multissetorialismo e Governança da Internet conforme estabelecido pelo Fórum de Governança da Internet da ONU. O multissetorialismo do IGF serviu como base para vários fóruns e iniciativas relacionadas à Governança da Internet que o seguiram em todos os continentes, como a Escola de Governança da Internet da África e o Fórum de Governança da Internet da África. Estes são espaços importantes de discussão sobre o assunto no continente africano e também o foco do terceiro capítulo. Buscamos entender como o multissetorialismo do IGF se reproduz no contexto africano, analisando a estrutura desses dois eventos, quem os organiza e financia, suas agendas e participantes.

A AfriSIG responde a uma necessidade histórica e amplamente reconhecida de uma maior presença africana em espaços de discussão e desenvolvimento de políticas públicas sobre Governança da Internet globalmente. Nesse sentido, a Escola é reconhecida mundialmente como uma instituição chave para o desenvolvimento de líderes africanos de diversos setores, origens e idades. Os participantes são treinados com as habilidades necessárias para participar de estruturas locais e internacionais de Governança da Internet e dessa forma impactar o futuro da Internet em prol do desenvolvimento do continente africano. Ao analisar a composição setorial do corpo docente da AfriSIG, percebemos uma concentração de poucos setores e a participação predominante da sociedade civil. Nos três anos analisados, 87% ou mais do corpo docente eram compostos por apenas dois setores: ou sociedade civil e academia e

comunidade técnica; ou sociedade civil e organizações intergovernamentais. Embora a sociedade civil seja o setor predominante em termos quantitativos na AfriSIG, as organizações intergovernamentais têm uma influência significativa na agenda da Escola. Vários representantes de alto nível da UNECA e União Africana, envolvidos em iniciativas chave para a transformação digital do continente, compuseram o corpo docente da Escola ao longo dos anos. Entre eles, pessoas envolvidas com a Agenda 2063 e com as agendas de cibersegurança da União Africana, com o PRIDA (um programa também promovido pela UA) e com o próprio IGF da ONU. Além disso, a agenda da AfriSIG esteve alinhada com os principais projetos da União Africana para a transformação digital do continente ao longo do período analisado. Tal fato se verifica especialmente na edição de 2022, quando os participantes da Escola desenvolveram uma contribuição para uma sessão da ONU sobre segurança cibernética, a qual foi apresentada em Nova Iorque pelo Grupo de Especialistas em Segurança Cibernética da Comissão da UA.

O AfIGF foi estabelecido em 2011 como um esforço da Comissão da União Africana e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África para promover a participação africana na governança global da Internet e fomentar atividades relacionadas ao assunto no continente africano. O AfIGF segue a mesma abordagem multissetorial e princípios do IGF, no entanto, também tem objetivos específicos relacionados aos desafios de transformação digital do continente africano. Por exemplo, o Fórum busca garantir que os os interesses e demandas da África sejam bem formulados, compreendidos e considerados no IGF da ONU e em outros espaços regionais e globais de discussão sobre governança da internet e transformação digital. Conforme analisamos, o AfIGF apresenta um padrão de composição setorial de seus speakers bastante diferente da AfriSIG. Enquanto a grande maioria do corpo docente da Escola resume-se a dois setores apenas, o AfIGF apresenta dados mais diversos. Durante o período analisado, todos os cinco setores (sociedade civil, academia e comunidade técnica, governos, setor privado e organizações intergovernamentais) tiveram uma participação relevante no fórum. O AfIGF também é mais diverso em termos de organizações intergovernamentais, à medida que conta com a presença de speakers de outras organizações que não apenas União Africana e UNECA.

Apesar das diferenças entre a Escola de Governança da Internet da África e o Fórum de Governança da Internet da África, é possível afirmar que ambas as iniciativas são fortemente condicionadas pelo protagonismo de organismos intergovernamentais, corroborando nossa hipótese inicial. Isso ocorre especialmente por meio da atuação da União Africana e da UNECA. Primeiramente, é importante ressaltar que o AfIGF foi criado e é organizado até hoje pela União Africana e UNECA, o que por si só caracteriza uma forte influência desses dois atores. Além disso, é possível perceber uma forte correlação entre a agenda de transformação digital da UA e as agendas da AfriSIG e AfIGF, especialmente em temas de cibersegurança, inclusão digital, desenvolvimento econômico, capacitação técnica e desafios regulatórios. Essa correlação se comprova à medida que vários representantes de alto nível da UA e UNECA, envolvidos em projetos e políticas chave para a transformação digital da África, são recorrentes nos dois eventos.

O Open Forum da União Africana, realizado anualmente como uma sessão do IGF da ONU, também deixa clara a relação de tais atores com as iniciativas de governança da internet da África em geral. Trata-se de um espaço em que União Africana e UNECA posicionam-se perante a comunidade global de governança da internet como os grandes orquestradores e apoiadores do ecossistema de governança da internet africano, mencionando como exemplos o AfIGF e a AfriSIG. Além disso, em nenhuma das iniciativas analisadas no capítulo 2 foi possível verificar iniciativas empresariais ou governamentais como parte significativa de suas agendas. No caso da AfriSIG, o setor privado e governamental não estiveram representados entre o corpo docente em nenhum dos anos analisados. Já no AfIGF, temos uma representação decrescente de ambos os setores ao longo dos anos.

Concluimos, portanto, que há uma grande influência de organismos intergovernamentais nas iniciativas de governança da internet do continente africano, nomeadamente da União Africana e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. O multissetorialismo tem uma flexibilidade característica que permite que determinados setores tenham uma participação ou impacto maior que outros. No continente africano, a atuação dos organismos internacionais mencionados, em detrimento dos demais setores, pode ter relação com a ausência de orçamentos,

peçoal especializado e capacidade organizacional do setor privado, comunidade técnica e governos. Diante dessa realidade, a União Africana e a UNECA tendem a tornar-se os atores com maior capacidade de participar e liderar os processos multissetoriais de governança da internet na África, à medida que conseguem financiar, alocar representantes especializados e coordenar estrategicamente tais processos. Como agenda de trabalho futura, é preciso explorar a articulação entre os processos de governança da internet baseados no conceito de multissetorialismo com outras áreas da transformação digital africana historicamente lideradas por empresas e governos nacionais. Pretendemos avaliar algumas causas hipotéticas que tendem a estar relacionadas à atuação do setor privado e governamental na África. Dentre estas, o desenvolvimento de infraestrutura de telecomunicações, os investimentos em cobertura de rede e servidores, a regulação de serviços e produtos digitais e os investimentos em educação superior e profissionalizante na área de TI.

REFERÊNCIAS

ACCESS NOW. **Access Now defends and extends the digital rights of users at risk around the world.** Disponível em: <<https://www.accessnow.org/about-us/>>. Acesso em: 03 jan. 2023.

AGUERRE, Carolina. **Mapping National Internet Governance Initiatives in Latin America.** Internet Policy Observatory, Filadélfia, 2018.

ALMEIDA, Virgílio; GETSCHKO, Demi; AFONSO, Carlos A. **Origem e evolução dos modelos multissetoriais.** POLITICS, Rio de Janeiro, 2015.

ALMEIDA, Virgilio A.F. **The Evolution of Internet Governance:** Lessons Learned from NETmundial. IEEE Internet Computing, Washington, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Now is the Time for Africa's Digital Transformation.** Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2021/01/11/interview-now-is-the-time-for-african-digital-transformation>>. Acesso em: 10 ag. 2022.

BELLI, Luc; CANABARRO, Diego; HERZOG, Judith; HILL, Richard; AFONSO, Carlos A; TRUMPY, Stefano. **Explorando a governança multissetorial na Internet:** rumo à identificação de um modelo de órgão consultivo de políticas da Internet. Politics, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://politics.org.br/edicoes/explorando-governan%C3%A7a-multissetorial-na-internet-rumo-%C3%A0-identifica%C3%A7%C3%A3o-de-um-modelo-de-%C3%B3rg%C3%A3o>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CALANDRO, Enrico; GILLWALD, Alison; ZINGALES, Nicolo. **Mapping multistakeholderism in Internet governance:** implications for Africa. Research ICT

Africa, 2013. Disponível em:

<<https://www.researchictafrica.net/docs/Mapping%20multistakeholderism%20in%20Internet%20governance%20draft%20final%2004082013.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

CANABARRO, Diego Rafael; WAGNER, Flávio Rech. **A Governança da Internet: Definição, Desafios e Perspectivas**. 9º encontro da ABCP, 2014, Brasília.

COLLABORATION ON INTERNATIONAL ICT POLICY FOR EAST AND SOUTHERN AFRICA - CIPESA. **Mapping and Analysis of Privacy Laws in Africa**. CIPESA, 2021. Disponível em:

<<https://cipesa.org/wp-content/files/briefs/Mapping-and-Analysis-of-Privacy-Laws-in-Africa-2021.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ÁFRICA - UNECA. **All Experts - UNECA**. Addis Ababa, 2023. Disponível em:

<<https://knowledge.uneca.org/Experts/all-experts>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EUROPA - UNECE. **Aarhus Convention**. Disponível em:

<<https://unece.org/environment-policy/public-participation/aarhus-convention/introduction>>. Acesso em: 15 out. 2020.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Fórum de Governança da Internet: Relatórios dos dez primeiros anos do IGF**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, São Paulo, 2017.

CONSELHO DA TERRA; INSTITUTO INTERAMERICANO PARA COOPERAÇÃO SOBRE AGRICULTURA. **The Earth Summit Eco-92: different visions**. São José, Costa Rica, 1994.

DELAPORTE, ANNE. **New insights on mobile internet connectivity in Sub-Saharan Africa**. Global System for Mobile Communications, Londres, 2023. Disponível em: <<https://www.gsma.com/mobilefordevelopment/blog/new-insights-on-mobile-internet-connectivity-in-sub-saharan-africa/>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

DENARDIS, Laura; RAYMOND, Mark. **Thinking Clearly about Multi-Stakeholder Internet Governance**. GigaNet: Global Internet Governance Academic Network, Bali, 2013. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2354377>. Acesso em: 10 set. 2022.

DODDS, Felix; STRAUSS, Michael. **How to Lobby at Intergovernmental Meetings**. Routledge, Oxfordshire, 2004.

ESPTAIN, Dmitry; NONNECKE, Brandie M. **Multistakeholderism in Praxis: The Case of the Regional and National Internet Governance Forum (IGF) Initiatives**. Policy & Internet, vol 8, Sydney, 2016.

EUROPEAN DIALOGUE ON INTERNET GOVERNANCE - EURODIG. **EuroDIG Goals**. Disponível em: <<https://www.eurodig.org/about/background/>>. Acesso em: 17 ja. 2023.

EUROPEAN SUMMER SCHOOL ON INTERNET GOVERNANCE. **Course**. Disponível em: <<https://eurossig.eu/eurossig/background/course/>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

EWEJE, Gabriel; SAJJAD, Aymen; NATH, Shobod Deba; KOBAYASHI, Kazunori. **Multi-stakeholder partnerships: a catalyst to achieve sustainable development goals**. Marketing Intelligence & Planning, vol. 39, Emerald Publishing Limited, Bingley, 2020.

FILGUEIRAS, Fernando; ALMEIDA, Virgílio. **Governance for the Digital World: Neither More State nor More Market**. Palgrave Macmillan, Londres, 2021.

FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL. **O que é o Pré IGF.** Comitê Gestor da Internet no Brasil, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://forumdainternet.cgi.br/>>. Acesso em: 12 ag. 2022.

FRANSEN, Luc W; KOLK, Ans. **Global Rule-Setting for Business: A Critical Analysis of Multi-Stakeholder Standards.** Organization, Amsterdam, 2007.

GLOBAL SYSTEM FOR MOBILE COMMUNICATIONS - GSMA. **The Mobile Economy Sub-sahaaran Africa 2022.** Londres, 2022. Disponível em: <<https://www.gsma.com/mobileeconomy/wp-content/uploads/2022/10/The-Mobile-Economy-Sub-Saharan-Africa-2022.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

HEMMATI, Minu. **Multi-stakeholder Processes for Governance and Sustainability: Beyond Deadlock and Conflict.** Earthscan Publications Ltd, Oxford, 2002.
<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/MIP-04-2020-0135/full/html>

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILO: International Labour Organization.** Genebra, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/youthenvoy/2013/08/ilo-international-labour-organization/>>. Acesso em: jul. 2022.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Tripartite constituents.** Genebra, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/who-we-are/tripartite-constituents/lang--en/index.htm>>. Acesso em: jul. 2022.

INTERNET & JURISDICTION POLICY NETWORK. **Framing, Mapping and Addressing Cross-Border Digital Policies in Africa: An Internet & Jurisdiction Policy Network Regional Status Report.** Disponível em: <<https://www.internetjurisdiction.net/uploads/pdfs/IJ-Report-Cross-border-Digital-Policies-in-Africa.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

INTERNET FINANCE CORPORATION. **Bringing Africa Up to High Speed.**

Disponível em:

<https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/news_ext_content/ifc_external_corporate_site/news+and+events/news/cm-stories/cm-connecting-africa#page0>. Acesso em: dez. 2022.

INTERNET GOVERNANCE FORUM - IGF. **IGF 2020 OF #6 African Union Open Forum.** Genebra, 2020. Disponível em:

<<https://www.intgovforum.org/en/content/igf-2020-of-6-african-union-open-forum>>.

Acesso em: 20 out. 2022.

INTERNET GOVERNANCE FORUM - IGF. **IGF 2022 Participation and Programme Statistics.** Disponível em:

<<https://www.intgovforum.org/en/content/igf-2022-participation-and-programme-statistics#:~:text=The%20IGF%202022%20Outputs%20are,%2C%20Ghana%2C%20Italy%20and%20Russia>>. Acesso em: dez. 2022.

KOTT, Sandrine. **ILO: Social Justice in a Global World?** A History in Tension. The ILO @ 100: Addressing the Past and Future of Work and Social Protection. The Graduate Institute Geneva, Genebra, 2019.

KURBALIJA, Jovan; KATRANDEJIEV, Valentin. **Multistakeholder diplomacy: challenges and opportunities.** DiploFoundation, Genebra, 2006.

MACIEL, Marília. **Sustainable Capacity Building:** Internet Governance in Africa, An Action Plan. DiploFoundation, Genebra, 2020. Disponível em:

<https://www.diplomacy.edu/wp-content/uploads/2021/02/PRIDA_IG_sustainability_study_2021.pdf>. Acesso em: 9 out. 2022.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e Fome no Brasil** - 10 Anos da Cúpula Mundial de Alimentação. Centro de Segurança Alimentar e Nutricional - CERESAN, Rio

de Janeiro, 2006. Disponível em:

<<http://r1.ufrj.br/cpda/ceresan/docs/relatoriotecnico2.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MANDA, More Ickson; BACKHOUSE, Judy. **Inclusive digital transformation in South Africa: an institutional perspective**. Proceedings of the 11th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance, Galway, 2018 .

MANSELL, Robin; NORDENSTRENG, Kaarle. **Great media and communication debates: WSIS and the MacBride Report**. The MIT Information technologies and international development, Cambridge, 2006.

MARTENS, Jens. **Multi-stakeholder Partnerships – Future Models of Multilateralism?** Dialogue on Globalization, Berlin, 2007. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/iez/04244.pdf>>. Acesso em: jul. 2022.

MITCHELL, Jason. **African e-Connectivity Index 2021: The final frontier and a huge opportunity**. Investment Monitor, 2021. Disponível em: <<https://www.investmentmonitor.ai/tech/africa-connectivity-index-2021/>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

NANFUKA, Juliet. **CIPESA Data Privacy Still A Neglected Digital Right in Africa**. Kampala, 2022. Disponível em: <<https://cipesa.org/2022/01/data-privacy-still-a-neglected-digital-right-in-africa/>>. Acesso em: dez. 2022.

NET MUNDIAL. **NET Mundial Multistakeholder Statement**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://netmundial.br/wp-content/uploads/2014/04/NETmundial-Multistakeholder-Document.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2022.

NONNECKE, Brandie M. **The transformative effects of multistakeholderism in Internet governance**: A case study of the East Africa Internet Governance Forum. Telecommunications Policy, vol 40, 2016.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; OTAVIO, Anselmo. **Agenda 2063**: uma avaliação dos resultados preliminares. Tensões Mundiais, v. 18, Fortaleza, 2022.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Da Eco-92 à Rio +20**: uma breve avaliação de duas décadas. Boletim Campineiro de Geografia, vol 2, Campinas, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2448/2012v2n3_LeandroOliveira>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais. **United Nations Conference on Environment & Development**. Nova Iorque, 1992. Disponível em: <<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 25 set 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Report of the Working Group on Internet Governance**. Nova Iorque, 2005. Disponível em: <www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>. Acesso em: 25 set 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Africa's Development Dynamics**: Regional Value Chains for a Sustainable Recovery. OCDE, Paris, 2022.

PATRÍCIO, Nathalia Sautchuk. **A importância do multissetorialismo na governança da Internet**. Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.cest.poli.usp.br/wp-content/uploads/2018/08/V2N2-A-import%C3%A2ncia-do-multissetorialismo-na-governan%C3%A7a-da-Internet.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

REZENDE, Maria José de. **As novas tecnologias podem ser coadjuvantes no processo de cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU?** Investigación & Desarrollo, Barranquilla, 2007.

SACHS, Jeffrey D. **From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals.** Viewpoint, vol 379, 2012.

SIELE, Martin. **Improving the skills of Africa's workforce.** Nova Iorque, 2022.

Disponível em:

<<https://qz.com/emails/africa-member-brief/1849726602/improving-the-skills-of-africa-s-workforce>>. Acesso em: dez. 2022.

SILVA, Michéle Tancman Candido da. **A Geopolítica da Rede e a Governança Global de Internet a partir da Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação.** Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 2008.

STATISTA. **Internet Usage in Africa 2022.** Statista, Hamburgo, 2022.

TRINDADE, A. A. Cançado. **O Processo Preparatório da Conferência Mundial de Direitos Humanos:** Viena, 1993. Revista del Instituto Interamericano de Derechos Humanos, São José, 1993.

UNESCO. **Sub-Saharan Africa: Tertiary Education.** UNESCO, Paris, 2020.

Disponível em:

<<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/764421611934520379-0090022021/original/OneAfricaTEandCovidupdated.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063: The Africa We Want.** African Union Commission, Addis Ababa, 2015. Disponível em:

<https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/Agenda2063_Popular_Version_English.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

UNIÃO AFRICANA. **African Internet Governance Forum 2022: Africa Strives to Improve Digital Infrastructure, Close the Digital Divide, and Foster Resilience and Security.** Addis Ababa, 2022. Disponível em:

<<https://au.int/en/pressreleases/20220727/african-internet-governance-forum-2022-africa-strives-improve-digital>>. Acesso em: 15 ag. 2022.

UNIÃO AFRICANA. **AU Policy and Regulation Initiative for Digital Africa (PRIDA).** Addis Ababa, 2023. Disponível em: <<https://au.int/fr/node/38115>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UNIÃO AFRICANA. **AUC Convenes the Pan African e-NETWORK (PAeN) Assembly of Parties.** Addis Abeba, 2022. Disponível em:

<<https://au.int/en/pressreleases/20181214/auc-convenes-pan-african-e-network-paen-a-assembly-parties>>. Acesso em: 02 set. 2022.

UNIÃO AFRICANA. **Cyber Diplomacy in Africa - Policy and Regulation Initiative for Digital Africa (PRIDA).** Internet Governance Forum, Polônia, 2021. Disponível em:

<https://mail.intgovforum.org/multilingual/sites/default/files/webform/cyber_diplomacy_in_africa_-_policy_and_regulation_initiative_for_digital_africa_prida-26052021.pdf>.

Acesso em: 05 nov. 2022.

UNIÃO AFRICANA. **The African Union Open Forum 2020.** Addis Ababa, 2020.

Disponível em:

<https://www.intgovforum.org/sites/default/files/background_document_on_au_of_2020_rev1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

UNIÃO AFRICANA. **The African Union Open Forum 2021.** Addis Ababa, 2021.

Disponível em:

<https://www.intgovforum.org/sites/default/files/webform/the_african_union_open_forum_2021_-26052021_4.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **ITU Council 2023**. Genebra, 2023. Disponível em: <<https://www.itu.int/en/council/2023/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

UNIVERSIDADE DE NOVA IORQUE. Centro de assuntos globais. **Towards a Global Digital Governance Architecture: Mapping Pathways for Cooperation & Inclusion**. Nova Iorque, 2022.